



Comissão
Europeia

RELATÓRIO
EURYDICE

Validação da **aprendizagem não formal e informal** no **ensino superior** na Europa

Ensino
superior



Erasmus+
Enriquecer vidas, abrir mentes.

Agência de Execução
Europeia de
Educação e Cultura

Validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior na Europa

Relatório **Eurydice**

O presente documento é uma publicação da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA, Plataformas, Estudos e Análises).

Cite esta publicação como:

Comissão Europeia / EACEA / Eurydice, 2024. *Validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior na Europa*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura

Plataformas, Estudos e Análises
Boulevard Simon Bolivar 34 (Unidade A6)
1049 Bruxelas
BÉLGICA
E-mail: eacea-eurydice@ec.europa.eu
Sítio Web: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu>

Texto concluído em abril de 2024.

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024

© Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura, 2024

A política de reutilização da Comissão é implementada pela Decisão da Comissão de 12 de dezembro de 2011 relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330, 14.12.2011, p. 39). Salvo indicação em contrário, a reutilização deste documento é autorizada ao abrigo da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>). Isto significa que a reutilização é permitida, desde que seja indicada pelo reutilizador a fonte do documento e sejam indicadas quaisquer alterações ao seu conteúdo.

Para qualquer uso ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da UE, pode ser necessário solicitar permissão diretamente aos respetivos titulares do direito.

Imagem da capa: © Thodonal Photo / stock.adobe.com

EURYDICE - Unidade Portuguesa
Av. 24 de Julho, n.º 134
1399-054 Lisboa
Tel.: +(351)213 949 314
Email: eurydice@dgeec.mec.pt
Sítio Web: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/54/>

PDF

ISBN 978-92-9488-742-9
doi:10.2797/347532
EC-09-24-015-PT-N

Editor da versão portuguesa: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência



Tradução da responsabilidade da Unidade Portuguesa da Rede Eurydice
ISBN (versão online) 978-972-614-833-3
Lisboa, julho de 2024

Índice

Índice de figuras	3
Códigos e siglas	4
Introdução	5
1. Validação da aprendizagem não formal e informal como via alternativa de acesso ao ensino superior	9
2. Validação da aprendizagem não formal e informal como forma de cumprir os requisitos académicos no ensino superior	11
3. Atividades de aprendizagem suscetíveis de validação	13
4. Processos de garantia da qualidade	15
Conclusão	17
Referências	18
Anexos	18
Agradecimentos	33

Índice de figuras

Figura 1: Possibilidade legal de ingressar no primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal, 2023/2024	10
Figura 2: Possibilidade legal de preencher requisitos académicos do primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal, 2023/2024	12
Figura 3: Atividades de aprendizagem suscetíveis de serem validadas no âmbito da validação da aprendizagem não formal e/ou informal no ensino superior, 2023/2024	14
Figura 4: Existência de documentos de orientação a nível superior (nacional) que abordam explicitamente a validação da aprendizagem não formal e/ou informal no âmbito dos procedimentos de garantia da qualidade do ensino superior, 2023/2024	16

Códigos e siglas

Códigos dos países

UE	União Europeia			Espaço Económico Europeu e países candidatos	
BE	Bélgica	LV	Letónia	BA	Bósnia-Herzegovina
BE fr	Bélgica – Comunidade francófona	LT	Lituânia	CH	Suíça
BE nl	Bélgica – Comunidade flamenga	LU	Luxemburgo	IS	Islândia
BG	Bulgária	HU	Hungria	LI	Listenstaine
CZ	Chéquia	MT	Malta	ME	Montenegro
DK	Dinamarca	NL	Países Baixos	MK	Macedónia do Norte
DE	Alemanha	AT	Áustria	NO	Noruega
EE	Estónia	PL	Polónia	RS	Sérvia
IE	Irlanda	PT	Portugal	TR	Turquia
EL	Grécia	RO	Roménia		
ES	Espanha	SI	Eslovénia		
FR	França	SK	Eslováquia		
HR	Croácia	FI	Finlândia		
IT	Itália	SE	Suécia		
CY	Chipre				

Outros códigos

: Dados não disponíveis — Não aplicável

Siglas e acrónimos

ECTS	Sistema Europeu de Transferência de Créditos
ESG	Normas e Diretrizes para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior
E&T	educação e formação
UE	União Europeia
IES	instituição de ensino superior
ICT	tecnologias da informação e da comunicação

Introdução

As pessoas podem adquirir conhecimentos e competências de variadas formas, sendo que uma das mais comuns consiste em seguir programas estruturados em instituições de educação e formação. Tais programas costumam conduzir à obtenção de um certificado ou de uma qualificação que valida as competências adquiridas. Contudo, a aprendizagem também pode ser menos estruturada e decorrer fora das instituições de educação e formação, por exemplo, em locais de trabalho ou no âmbito de atividades não profissionais realizadas pelos indivíduos.

Atividades da União Europeia relacionadas com a validação da aprendizagem não formal e informal

A União Europeia (UE) apoia ações destinadas a valorizar diferentes tipos de aprendizagem. Subjacente a esta política está a ideia de que a validação de competências e de conhecimentos adquiridos em diferentes contextos de aprendizagem pode ter vários impactos positivos nos indivíduos. Pode, por exemplo, aumentar as oportunidades das pessoas no mercado de trabalho ou apoiar as suas aspirações em termos de prosseguimento de estudos.

Ao conceptualizar a validação de diferentes tipos de aprendizagem, os documentos de orientação da UE referem três conceitos principais – “aprendizagem formal”, “aprendizagem não formal” e “aprendizagem informal” – que são definidos da seguinte maneira ⁽¹⁾.

Aprendizagem formal refere-se à aprendizagem que tem lugar num ambiente organizado e estruturado, especificamente dedicado à aprendizagem, e que conduz normalmente à atribuição de uma qualificação, geralmente sob a forma de um certificado ou diploma.

Aprendizagem não formal diz respeito à aprendizagem desenvolvida através de atividades planeadas com recurso a alguma forma de apoio à aprendizagem. Este tipo de aprendizagem pode abranger programas destinados a conferir competências profissionais, alfabetização de adultos e ensino básico para jovens que tenham abandonado a escola precocemente. Casos comuns de aprendizagem não formal incluem os cursos de formação ministrados dentro da empresa (formação na empresa), a aprendizagem estruturada em linha (utilizando, por exemplo, recursos educativos abertos) e os cursos organizados pelas organizações da sociedade civil.

Aprendizagem informal abrange a aprendizagem que decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, com a família ou com o lazer e que não é organizada nem estruturada em termos de objetivos, duração ou apoio à aprendizagem. Este tipo de aprendizagem pode ser involuntário do ponto de vista do aprendente. Como exemplos de resultados da aprendizagem alcançados através da aprendizagem informal podem referir-se as competências adquiridas ao longo da vida e através da experiência profissional, as competências no domínio da gestão de projetos e as competências em TIC adquiridas no local de trabalho, as línguas estudadas e as competências interculturais adquiridas durante uma estadia noutro país, as competências em TIC adquiridas fora do trabalho, as competências

⁽¹⁾ As definições apresentadas constituem versões abreviadas das definições incluídas na [Recomendação do Conselho de 20 dezembro de 2012 sobre a validação da aprendizagem não formal e informal](#), 2012/C 398/01.

adquiridas através do voluntariado, das atividades culturais ou desportivas, do trabalho com a juventude e das atividades realizadas em casa (por exemplo, cuidar de um filho).

O principal documento estratégico da UE que promove o reconhecimento de todos os tipos de aprendizagem é a Recomendação do Conselho de 2012 sobre a validação da aprendizagem não formal e informal ⁽²⁾. Esta Recomendação convidou os Estados-Membros da UE a “estabelecer, o mais tardar em 2018 — de acordo com as circunstâncias e especificidades nacionais, e conforme considerem adequado — disposições para a validação da aprendizagem não formal e informal” ⁽³⁾. A conceção de disposições nacionais para a validação foi apoiada pelas diretrizes europeias para a validação da aprendizagem não formal e informal (Cedefop, 2009; 2015; 2023) e os progressos dos países nesta área têm vindo a ser mapeados nas sucessivas edições do *Inventário europeu sobre a validação de aprendizagem não formal e informal* ⁽⁴⁾.

Validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior

A validação de todas as formas de aprendizagem tem sido promovida não apenas como um tema geral, mas também em relação a diferentes setores. Por exemplo, o *Inventário europeu sobre a validação de aprendizagem não formal e informal* mapeia as disposições em matéria de validação no âmbito de três setores, nomeadamente a “educação”, o “mercado de trabalho” e o “terceiro setor” ⁽⁵⁾. A mesma fonte subdivide o setor da educação em áreas distintas, incluindo o ensino superior. Por outras palavras, o ensino superior surge como uma área bastante específica e delimitada para as políticas e práticas de validação. A validação neste setor tem sido igualmente enfatizada e promovida no contexto do Processo de Bolonha, que consiste num processo intergovernamental que visa conferir mais coerência transversalmente aos sistemas de ensino superior em toda a Europa.

O Processo de Bolonha conceptualiza a validação da aprendizagem não formal e informal ao referir-se ao “reconhecimento da aprendizagem anterior”. Esta expressão já tinha surgido no Processo de Bolonha em 2003, quando os ministros responsáveis pelo ensino superior sublinharam, no seu comunicado, a necessidade de tomar medidas “para melhorar as possibilidades para a aprendizagem ao longo da vida a nível do ensino superior, incluindo o reconhecimento da aprendizagem anterior” ⁽⁶⁾. A ideia foi posteriormente desenvolvida em 2005, quando os ministros proclamaram a intenção de “trabalhar com as instituições de ensino superior e outras, para melhorar o reconhecimento da aprendizagem anterior, considerando, sempre que possível, a aprendizagem informal ou não formal para fins de acesso a programas de ensino superior e como elementos dos mesmos” ⁽⁷⁾. Em 2009, os ministros especificaram que “as políticas bem sucedidas em matéria de aprendizagem ao longo da vida incluirão princípios e procedimentos básicos para o reconhecimento da aprendizagem anterior com base nos resultados da aprendizagem, independentemente do facto de os conhecimentos, aptidões e

⁽²⁾ Ibid.

⁽³⁾ Ibid., p. 3.

⁽⁴⁾ O inventário foi produzido em 2004, 2005, 2008, 2010, 2014, 2016, 2018 e 2023 e pode ser consultado em: <https://www.cedefop.europa.eu/en/projects/validation-non-formal-and-informal-learning>.

⁽⁵⁾ Isto aplica-se às várias edições do inventário, especialmente às mais recentes (ver: <https://www.cedefop.europa.eu/en/projects/validation-non-formal-and-informal-learning>).

⁽⁶⁾ *Realising the European Higher Education Area*. Comunicado da Conferência de Ministros Europeus Responsáveis pelo Ensino Superior, Berlim, 19 setembro 2003, p. 6.

⁽⁷⁾ *The European Higher Education Area – Achieving the Goals*. Comunicado da Conferência de Ministros Europeus Responsáveis pelo Ensino Superior, Bergen, 19–20 maio 2005, p. 3.

competências terem sido adquiridos através de percursos de aprendizagem formais, não formais ou informais”⁽⁸⁾. Por último, em 2015, os ministros declararam a sua intenção de “remover os obstáculos ao reconhecimento da aprendizagem anterior com o objetivo de promover o acesso a programas de ensino superior e de facilitar a atribuição de qualificações com base na aprendizagem anterior”⁽⁹⁾.

Na sequência do supra referido, o Processo de Bolonha promove o reconhecimento (validação) de todos os tipos de aprendizagem como um meio para 1) proporcionar o acesso ao ensino superior (para aqueles que não cumprem os tradicionais critérios de acesso) e 2) facilitar a atribuição de uma qualificação do ensino superior (para aqueles que adquiriram competências e conhecimentos específicos fora dos programas formais do ensino superior).

Acerca do relatório

Este relatório abrange 37 sistemas educativos que fazem parte da Rede Eurydice⁽¹⁰⁾. Verifica-se e a forma como os sistemas de ensino superior em toda a Europa reconhecem e validam os resultados de aprendizagem a partir da aprendizagem não formal e informal. Em linha com o conteúdo dos comunicados ministeriais emitidos no âmbito do Processo de Bolonha, o relatório aborda a validação a partir de dois ângulos, nomeadamente 1) no acesso ao ensino superior e 2) no cumprimento dos requisitos académicos do ensino superior, sem excluir uma potencial combinação destas duas vertentes.

A análise refere-se essencialmente à “validação da aprendizagem não formal e informal” (terminologia utilizada nos documentos de orientação da UE). As expressões “reconhecimento da aprendizagem anterior (não formal e informal)” ou “reconhecimento” (terminologia usada no âmbito do Processo de Bolonha) são utilizadas indistintamente com a terminologia acima referida. A aprendizagem formal anterior e a sua validação, que é aqui entendida principalmente como cursos e programas conferentes de grau do ensino superior⁽¹¹⁾, não são contempladas na análise.

O texto encontra-se estruturado em quatro breves secções, cada qual acompanhada por um anexo com dados relativos aos países.

O ano de referência da informação é o ano académico de 2023/2024.

⁽⁸⁾ [The Bologna Process 2020 – The European Higher Education Area in the new decade. Comunicado da Conferência dos Ministros Europeus Responsáveis pelo Ensino Superior, Leuven e Louvain-la-Neuve, 28–29 abril 2009](#), p. 3.

⁽⁹⁾ [Comunicado de Yerevan](#), p. 4.

⁽¹⁰⁾ Todos os Estados-membros da UE e Bósnia-Herzegovina, Suíça, Islândia, Listenstaine, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega, Sérvia e Turquia. Dois sistemas educativos que fazem parte da Rede Eurydice e são normalmente incluídos nos relatórios Eurydice – a Comunidade germanófona da Bélgica e a Albânia – não são abrangidos pelo presente estudo. Encontram-se igualmente excluídos os novos membros da Rede Eurydice – Geórgia, Moldávia e Ucrânia –, que ainda não participam em relatórios comparativos. O relatório foi preparado fora do programa de trabalho oficial da Rede Eurydice, como um contributo da Rede para o Ano Europeu das Competências (ver https://year-of-skills.europa.eu/about_en). A parte final do relatório contém um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a sua produção.

⁽¹¹⁾ Como comprovam as definições da UE apresentadas nesta secção introdutória, a aprendizagem formal engloba um vasto leque de atividades de aprendizagem, não se limitando a programas e a cursos que conferem grau. No entanto, o presente relatório entende por aprendizagem formal sobretudo os programas e cursos conferentes de grau, de modo a permitir uma maior distinção entre estes programas/cursos e outros tipos de atividades de aprendizagem.

1. Validação da aprendizagem não formal e informal como via alternativa de acesso ao ensino superior

A validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior constitui um meio importante através do qual os candidatos que não cumprem os tradicionais requisitos de admissão podem potencialmente aceder ao ensino superior. Por esta razão, o processo de validação costuma ser objeto de debate no contexto das vias alternativas (ou não tradicionais) de acesso ao ensino superior.

As vias alternativas de acesso ao ensino superior são habitualmente entendidas como vias direcionadas para candidatos ao ensino superior que não cumprem os tradicionais requisitos de entrada. Isto pode dever-se ao facto de terem seguido um trajeto mais curto no ensino secundário superior profissional (isto é, um programa que não confere acesso ao ensino superior) ou porque abandonaram o ensino e formação iniciais antes de concluírem o nível secundário superior. No atual contexto político, que promove a ideia de que nenhum talento deve ficar para trás, o tema dos percursos não tradicionais de acesso ao ensino superior merece particular atenção. Este aspeto é ainda mais importante na medida em que os alunos provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos tendem a estar sobrerrepresentados nos percursos educativos que não conferem acesso direto ao ensino superior (ver p. ex. OCDE, 2021). A fim de reforçar a diversidade, a equidade e a inclusão no ensino superior, pretende-se alargar os critérios de admissão para que todos aqueles que têm capacidade para prosseguir os estudos superiores possam ter a oportunidade de fazê-lo, independentemente dos resultados da sua aprendizagem formal anterior.

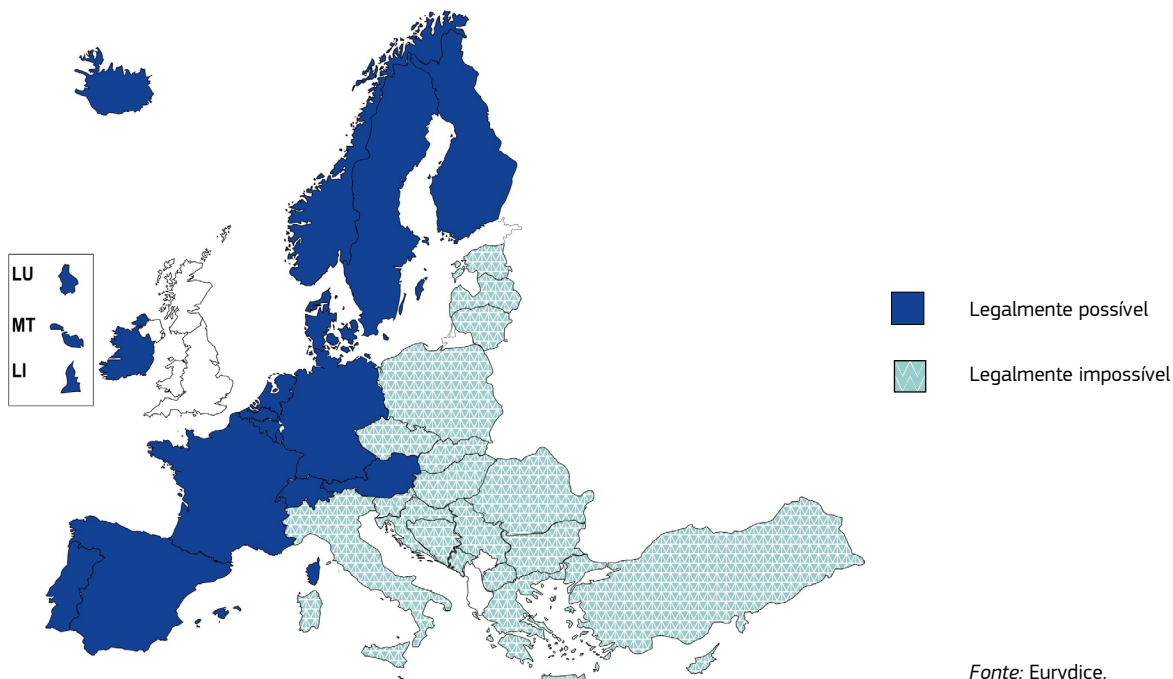
A validação da aprendizagem não formal e informal é a forma mais comum de ampliar o processo de admissão e de alargar o acesso ao ensino superior. Envolve o reconhecimento e a validação de conhecimentos e de competências que os futuros estudantes não tradicionais adquiriram fora dos contextos formais de aprendizagem (p. ex. através de várias atividades de aprendizagem não formal, da experiência profissional, do voluntariado, etc.).

Através deste processo de validação, os candidatos que não possuam as tradicionais habilitações de acesso ao ensino superior também podem conseguir obter acesso aos estudos superiores.

A Figura 1 representa os quadros legais para a validação da aprendizagem não formal e informal no acesso ao primeiro ciclo do ensino superior. Tal como se verifica na figura, apenas 18 sistemas educativos (de um total de 37), e sobretudo em países da Europa ocidental e setentrional, permitem que os alunos sem as tradicionais qualificações de entrada acedam ao primeiro ciclo do ensino superior com base na validação das suas experiências de aprendizagem não formal e informal.

Mesmo nos sistemas em que é viável a validação da aprendizagem não formal e informal, os quadros legais podem aplicar limites regulatórios a esta possibilidade de acesso. Um primeiro tipo de limitação consiste em saber se todas as instituições de ensino superior de um mesmo sistema educativo podem proporcionar o acesso aos alunos não tradicionais desta forma. Esta limitação é aplicada na Áustria, onde os aprendentes só podem ingressar nas universidades de ciências aplicadas através da validação da aprendizagem não formal e informal. Em segundo lugar, as autoridades educativas podem limitar as categorias de estudantes que beneficiam desta via alternativa de acesso. Esta restrição existe, por exemplo, em Espanha, onde apenas os aprendentes acima dos 40 anos podem ingressar no ensino superior através de um procedimento de validação, e em Portugal e na Noruega, onde a idade mínima é de 23 anos. Por último, a validação da experiência adquirida anteriormente em contextos de aprendizagem não formal e informal pode não ser suficiente para ingressar no primeiro ciclo do ensino superior. Na Áustria e em Portugal, na maioria dos casos, os futuros estudantes também têm de obter aprovação num exame de admissão suplementar para conseguirem ingressar em cursos do ensino superior.

Figura 1: Possibilidade legal de ingressar no primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal, 2023/2024



Fonte: Eurvdice.

Notas explicativas

A figura considera apenas aqueles casos em que a validação da aprendizagem não formal e informal pode substituir as tradicionais qualificações de acesso ao ensino superior. Não são, portanto, considerados os casos em que a validação da aprendizagem não formal e informal é acrescentada às tradicionais qualificações de ingresso no ensino superior (p. ex. como um elemento concorrencial). Além disso, a figura não contempla aqueles casos em que a validação da aprendizagem não formal e informal é legalmente possível exclusivamente para o ingresso em alguns programas de estudo específicos que comumente utilizam a seleção de talentos, incluindo programas em artes, desporto, etc.

Para informações relativas aos países, ver Anexo 1.

Alguns sistemas educativos remetem para a esfera de competências das instituições de ensino superior a tarefa de, em grande parte ou na íntegra, definir os seus procedimentos de validação. Esta autonomia pode inclusivamente estender-se à decisão institucional de oferecer ou não esta possibilidade (por exemplo, em Malta, Países Baixos ou Suíça). Em alternativa, as autoridades que tutelam o ensino superior podem obrigar as instituições de ensino superior a implementar procedimentos de validação, mas deixar ao critério de cada uma a definição das condições exatas (p. ex. na Irlanda).

Muitos dos sistemas educativos que possibilitam o acesso ao ensino superior de aprendentes não tradicionais através da validação da aprendizagem não formal e informal também oferecem outras vias alternativas para tal. Esta secção examina brevemente

estas outras vias alternativas de acesso, de modo a proporcionar um retrato mais completo das mesmas.

Para candidatos sem qualificações formais de acesso, alguns países oferecem a possibilidade de fazer um exame de acesso ou prova de admissão ⁽¹²⁾. Estes exames existem nas Comunidades francófona e flamenga da Bélgica, Alemanha (para aprendentes com mais de 25 anos), Espanha (duas opções diferentes para aprendentes acima dos 25 e dos 45 anos), Países Baixos (para aprendentes acima dos 21 anos), Áustria, Portugal (para aprendentes acima dos 23 anos) e Suíça. Em 2022 e 2023, a Suécia implementou um projeto-piloto com um teste de elegibilidade de base para ingresso no ensino superior destinado a indivíduos com a idade mínima de 24 anos. Como se pode ver nestes exemplos,

(12) Este tipo de exame não deve ser confundido com as provas especiais de aptidão oferecidas aos indivíduos mais talentosos, as quais prevalecem no campo das artes, do desporto, etc. Para serem considerados como vias alternativas de acesso, estes exames devem ser abertos a um grupo mais vasto de aprendizes (p. ex. a todos os candidatos ou a candidatos acima de uma determinada idade).

tais testes de admissão são muitas vezes organizados para estudantes adultos.

Alguns sistemas educativos organizam cursos preparatórios ou experimentais de ensino superior, ou programas que conduzem a habilitações de acesso alternativas. Existem cursos preparatórios ou experimentais de ensino superior na Comunidade flamenga da Bélgica, Alemanha, Irlanda, Espanha, Malta,

Islândia e Listenstaine. Na Dinamarca (Exame Preparatório Superior), França (*Diplôme d'Accès aux Etudes Universitaires*) e Luxemburgo (*Diplôme d'accès aux études supérieures*), os aprendentes podem obter qualificações alternativas – as quais diferem do convencional certificado de conclusão do ensino secundário, mas conferem um acesso equivalente ao ensino superior – ao concluírem com aproveitamento programas específicos para este fim.

2. Validação da aprendizagem não formal e informal como forma de cumprir os requisitos académicos no ensino superior

A secção prévia examinou a validação da aprendizagem não formal e informal como um meio para obter acesso a programas de estudo do ensino superior (para candidatos que não cumprem os tradicionais requisitos de entrada no ensino superior). Uma outra maneira de usar a validação da aprendizagem não formal e informal consiste em isentar os aprendentes de alguns (ou potencialmente da totalidade) dos requisitos académicos do ensino superior no caso de conseguirem demonstrar que já detêm as competências e os conhecimentos associados a um determinado programa ou qualificação do ensino superior. Este processo pode, por sua vez, reduzir a participação obrigatória em cursos formais do ensino superior e, conseqüentemente, facilitar e acelerar a conclusão dos estudos.

A Figura 2 comprova que é legalmente possível utilizar a validação da aprendizagem não formal e informal para preencher (total ou parcialmente) os requisitos de estudo para o primeiro ciclo do ensino superior. O conceito de “possibilidade legal”, conforme entendido no âmbito da figura, abrange diferentes situações regulatórias. Em primeiro lugar, abrange situações em que as regulamentações a nível superior fazem uma referência explícita à validação da aprendizagem não formal e informal, exigindo ou permitindo explicitamente que as instituições de ensino superior disponibilizem oportunidades de validação aos seus estudantes. Em segundo lugar, refere-se a situações em que as regulamentações a nível superior não mencionam explicitamente a validação da aprendizagem não formal e informal, mas criam condições que permitem às instituições de ensino superior a disponibilização de procedimentos relevantes. Por exemplo, as regulamentações podem especificar que compete às instituições de ensino superior determinar como são implementados os programas e/ou que tipo de

atividades de aprendizagem podem ser tidas em consideração na avaliação dos resultados da aprendizagem. Quando as regulamentações oficiais não abrangem a validação da aprendizagem não formal e informal de forma explícita, o país é apresentado sob a categoria “legalmente possível” no caso de haver evidências de que (pelo menos algumas) instituições de ensino superior têm em vigor políticas e mecanismos relevantes. Tais evidências podem incluir regulamentações relacionadas ou orientações internas publicadas nos sítios Web das instituições de ensino superior.

Tendo em consideração a conceptualização supra, a Figura 2 comprova que a validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de preenchimento de requisitos académicos do primeiro ciclo do ensino superior é viável em 30 sistemas educativos europeus (de um total de 37 sistemas analisados). Conclui-se que a validação da aprendizagem não formal e informal é mais comumente utilizada para o preenchimento de requisitos académicos no ensino superior do que para o acesso aos estudos superiores (comparar as Figuras 1 e 2).

A Figura 2 também demonstra que a validação da aprendizagem não formal e informal é comumente acompanhada por restrições emitidas a nível superior (nacional) relativamente à carga de trabalho passível de ser validada. As restrições em questão são frequentemente traduzidas na proporção (percentagem) de requisitos académicos e/ou no número de créditos ECTS (Sistema Europeu de Transferência de Créditos).

não formal e informal. Tanto mais se tivermos em consideração que, em geral, as regulamentações a nível superior sem restrições explícitas à validação não especificam a possibilidade de obter um diploma completo através de regimes de validação. Neste âmbito, a França representa efetivamente uma exceção, já que dispõe de regulamentações a nível superior que estipulam a ausência de restrições quanto à carga de trabalho que pode ser sujeita a validação e, ao mesmo tempo, declaram explicitamente que a validação pode

ser parcial, conduzindo ao reconhecimento de alguns elementos do programa, ou total, conduzindo à atribuição de um diploma do ensino superior ⁽¹⁴⁾. Os dados consolidados publicados pelas autoridades nacionais francesas indicam que, em 2022, cerca de 1 000 candidatos obtiveram um diploma do primeiro ciclo do ensino superior a partir de uma validação total de créditos ⁽¹⁵⁾.

3. Atividades de aprendizagem suscetíveis de validação

A aprendizagem não formal e a aprendizagem informal constituem termos genéricos que englobam um vasto leque de atividades de aprendizagem. Quando os sistemas de ensino superior permitem aos aprendentes a validação da sua aprendizagem não formal e/ou informal, podem privilegiar atividades de aprendizagem específicas.

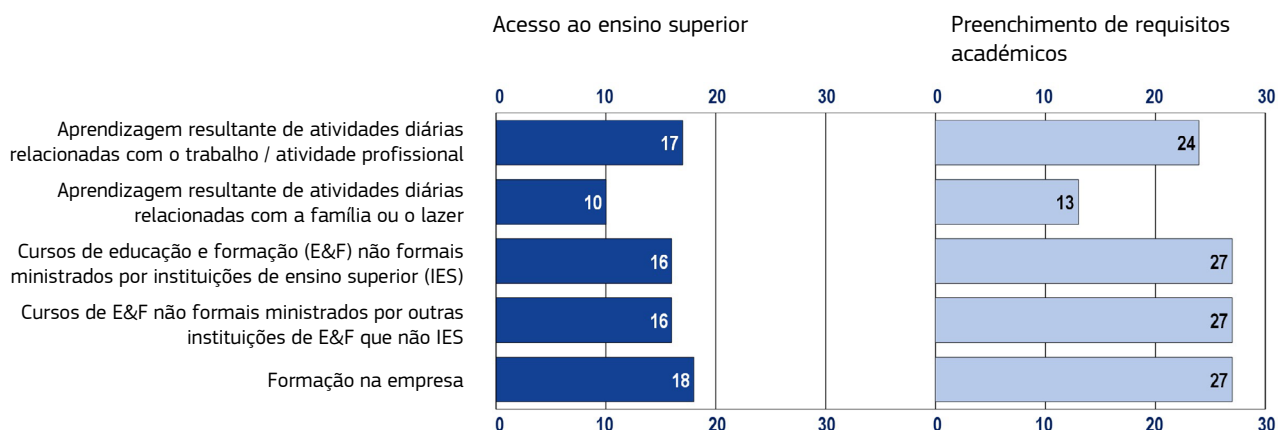
A Figura 3 enumera algumas atividades de aprendizagem tipicamente associadas à aprendizagem não formal e informal. Começa por referir um tipo de aprendizagem que pode ser visto sobretudo como “informal”, designadamente aquela que resulta de atividades diárias relacionadas com o trabalho e também a aprendizagem associada à família ou às atividades de lazer. O inventário prossegue com diferentes tipos de cursos de educação e formação, incluindo cursos ministrados por instituições de ensino superior que não conferem grau académico, cursos ministrados por outras instituições de educação e formação que não são de ensino superior e a formação providenciada por entidades empregadoras.

Tal como se ilustra na figura, nos sistemas de ensino superior que permitem a validação da aprendizagem não formal e informal (para acesso aos estudos e/ou para efeitos de preenchimento de requisitos académicos), as atividades de aprendizagem que podem ser reconhecidas e validadas são, de um modo geral, bastante variadas. Em concreto, a maioria dos sistemas de ensino superior permite a validação de todas ou quase todas as atividades de aprendizagem representadas na figura. Contudo, um dos tipos de aprendizagem é considerado com menor frequência em comparação com os outros, nomeadamente a aprendizagem resultante de atividades diárias ligadas à família ou ao lazer. Isto aplica-se quer à validação para efeitos de acesso aos estudos superiores quer à validação para fins de progressão académica. Por outras palavras, os sistemas de ensino superior parecem ser bastante abertos ao reconhecimento da aprendizagem baseada no trabalho e em diferentes cursos (não formais) de educação e formação, mas menos dispostos a reconhecer que a aprendizagem que ocorre no seio da família e/ou durante o tempo livre pode conduzir a resultados de aprendizagem relevantes para o ensino superior.

⁽¹⁴⁾ Para uma perspetiva geral do sistema de validação em França e referências legais, ver a [página Web ministerial dedicada à validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior](#).

⁽¹⁵⁾ Para dados nacionais de 2022 sobre o ensino superior ver <https://www.enseignementsup-recherche.gouv.fr/fr/la-validation-des-acquis-de-l-experience-dans-l-enseignement-superieur-public-en-2022-94023>.

Figura 3: Atividades de aprendizagem suscetíveis de serem validadas no âmbito da validação da aprendizagem não formal e/ou informal no ensino superior, 2023/2024



Fonte: Eurydice.

Notas explicativas

A primeira parte da figura considera apenas aqueles sistemas educativos onde a validação da aprendizagem não formal e informal é possível para efeitos de acesso aos estudos do primeiro ciclo do ensino superior; isto é, 18 sistemas educativos (ver Figura 1). A segunda parte da figura considera apenas aqueles sistemas onde a validação da aprendizagem não formal e informal é possível para efeitos de progressão académica no primeiro ciclo do ensino superior (ver Figura 2). No que toca à segunda parte da figura, entre os 30 sistemas de ensino superior considerados, só existem dados disponíveis para 29 sistemas.

Para aceder aos dados nacionais que constam da figura, ver Anexo 3.

Por detrás do padrão geral supra descrito, existem diferentes abordagens nacionais para especificar qual o tipo de aprendizagem não formal e informal que pode ser sujeito a validação. A este respeito, emergem dois grupos de países: 1) aqueles que não fornecem especificações relativamente às atividades de aprendizagem que devem ser contempladas nas suas regulamentações a nível superior; e 2) aqueles em que as regulamentações emitidas a nível superior fornecem alguns detalhes nesta matéria.

A Finlândia constitui um exemplo da primeira abordagem. Neste sistema de ensino superior, as regulamentações não especificam quais são as atividades de aprendizagem não formal e informal que podem ser sujeitas a reconhecimento e validação. É da exclusiva competência das instituições de ensino superior determinar a aprendizagem que pode ser considerada e/ou aceite, a qual pode, em princípio, ser qualquer tipo de aprendizagem.

A Chéquia, a Comunidade francófona da Bélgica e a França ilustram a abordagem que se caracteriza por declarações mais explícitas nas regulamentações a nível superior relativamente às atividades de aprendizagem a ter em consideração. Na Chéquia, onde a validação só é possível para fins de cumprimento de requisitos académicos (e não para efeitos de entrada nos estudos superiores), as regulamentações emanadas a nível superior preveem a validação de cursos de aprendizagem ao longo da vida não conferentes de grau providenciados pelas instituições de ensino superior. Isto significa que, se

um estudante de um programa conferente de grau tiver realizado previamente um curso de aprendizagem ao longo da vida não conferente de grau, terá a possibilidade de validar tal curso no âmbito do seu programa conferente de grau. As regulamentações não referem quaisquer outras atividades de aprendizagem que as instituições de ensino superior possam/devam considerar. Em contraste, as regulamentações emitidas na Comunidade francófona da Bélgica referem-se a um leque mais amplo de atividades de aprendizagem, designadamente a aprendizagem por via da experiência pessoal e profissional, a par de outros cursos previamente concluídos. A França, por sua vez, foca-se na aprendizagem informal associada a atividades relacionadas com o trabalho. Este enfoque é particularmente proeminente no sistema de “validação das aprendizagens adquiridas pela experiência” (*validation des acquis de l'expérience*), acessível a todos os indivíduos que possam justificar pelo menos 1 ano de experiência profissional relacionada com os conteúdos programáticos do diploma de ensino superior que pretendam obter.

Esta análise mostra que os países que permitem a validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior não preveem necessariamente a validação do mesmo tipo (ou espectro) de atividades de aprendizagem. Por conseguinte, é abordar com alguma precaução este tema numa perspetiva comparativa entre países.

4. Processos de garantia da qualidade

As secções prévias mostraram que, quando é legalmente possível, a validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior é enquadrada de forma muito distinta pelos países europeus. As diferenças residem no grau de regulamentação desta área por parte das autoridades de nível superior e, nos casos em que é regulamentada, na extensão e no tipo de oportunidades de validação. Observando os regimes de validação a partir de uma perspetiva sistémica, levanta-se a questão de saber se as agências nacionais de garantia da qualidade do ensino superior abordam a implementação da validação da aprendizagem não formal e/ou informal nos seus procedimentos de garantia da qualidade.

A Figura 4 aborda esta questão averiguando se os documentos de orientação emanados a nível superior (nacional) que abrangem os procedimentos de garantia da qualidade no ensino superior mencionam explicitamente a validação da aprendizagem não formal e/ou informal. Como mostra a figura, existem 19 sistemas de ensino superior que têm em vigor documentos de orientação que incluem tais referências de forma explícita (entre os 30 sistemas com regimes de validação para efeitos de entrada e/ou de cumprimento de requisitos académicos no ensino superior) ⁽¹⁶⁾. Os documentos de orientação em questão obrigam sobretudo as instituições de ensino superior a definir os procedimentos e mecanismos para o reconhecimento e validação de diferentes tipos de aprendizagem, incluindo a aprendizagem não formal e informal. Isto significa que, geralmente, as agências de garantia da qualidade não prescrevem qualquer abordagem específica, mas concentram-se antes na garantia de que o processo de reconhecimento e validação da aprendizagem não formal e informal está previsto nas políticas e

regulamentações institucionais, e que é sustentado por regras transparentes e justas. Tal pode ser ilustrado pelo exemplo da Irlanda, onde as instituições de ensino superior têm de obedecer às diretrizes relativas à garantia da qualidade ⁽¹⁷⁾ emitidas pelo Quality and Qualifications Ireland, o organismo encarregue da supervisão da qualidade do ensino superior na Irlanda. As diretrizes especificam que as instituições de ensino superior devem ter em vigor regulamentações predefinidas e publicadas que abranjam todas as áreas relacionadas com a admissão de estudantes, a progressão, o reconhecimento e a certificação de diplomas ⁽¹⁸⁾. Neste contexto, as diretrizes em vigor exigem a implementação de processos que garantam um reconhecimento justo das qualificações em matéria de ensino e formação, períodos de estudo e aprendizagem prévia, incluindo a aprendizagem não formal e informal.

Para além das diretrizes gerais que exigem às instituições de ensino superior a adoção de políticas de validação da aprendizagem não formal e informal, por vezes as agências de garantia da qualidade especificam requisitos adicionais e/ou disponibilizam outras orientações. Por exemplo, em Malta, a Autoridade para a Formação Contínua e o Ensino Superior de Malta (MFHEA), que é a agência de garantia de qualidade para o ensino superior, emitiu um documento de orientação relativo ao reconhecimento da aprendizagem anterior, incluindo a aprendizagem não formal e informal ⁽¹⁹⁾. Caso uma instituição de ensino superior esteja interessada em implementar uma política de reconhecimento, deverá aderir às orientações emitidas e obter a homologação da dita política junto da MFHEA.

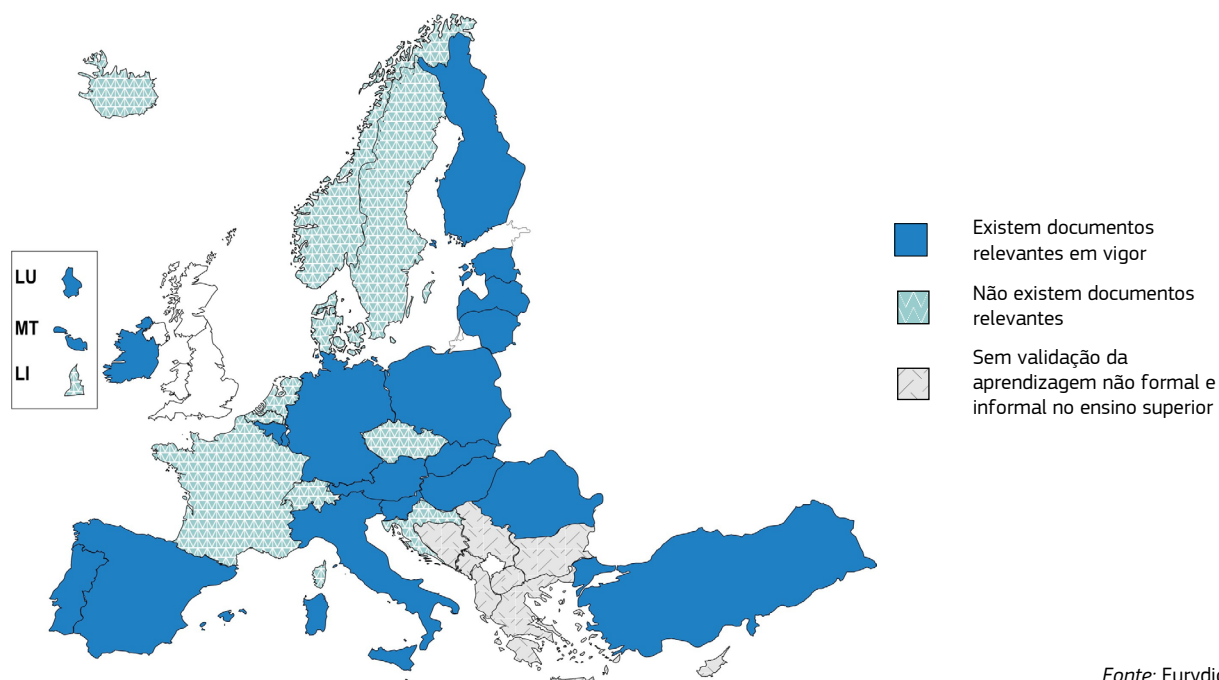
⁽¹⁶⁾ Nos casos em que os documentos de orientação de nível superior (nacional) relacionados com a garantia da qualidade no ensino superior não abrangem explicitamente a validação da aprendizagem não formal e/ou informal, é possível que existam, ainda assim, alguns mecanismos relevantes de garantia da qualidade. Por exemplo, os documentos de orientação de nível superior podem promover, de forma mais geral, a implementação das [Normas e Diretrizes para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu do Ensino Superior](#) (ESG) a nível nacional. Por sua vez, este aspeto pode contribuir para uma transparência reforçada da prática da validação a nível institucional. Isto deve-se ao facto de as ESG (p. 13) incluírem referências explícitas a esta área, ao afirmar que as instituições de ensino superior devem ter em vigor regulamentações que garantam o justo reconhecimento de qualificações no ensino superior, períodos de estudo e aprendizagem prévia, incluindo o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal.

⁽¹⁷⁾ [Statutory quality assurance guidelines developed by QQI for use by all providers](#).

⁽¹⁸⁾ Ao desenvolverem as suas regulamentações e políticas, as instituições podem basear-se nos [Principles and operational guidelines for the recognition of prior learning in further and higher education and training](#) (2005).

⁽¹⁹⁾ [Reconhecimento da Aprendizagem Prévia \(RPL\) – Definições, Princípios e Orientações](#).

Figura 4: Existência de documentos de orientação a nível superior (nacional) que abordam explicitamente a validação da aprendizagem não formal e/ou informal no âmbito dos procedimentos de garantia da qualidade do ensino superior, 2023/2024



Fonte: Eurydice.

Nota explicativa

Para informações relativas aos países, ver Anexo 4.

Embora não esteja ilustrada numa figura específica, outra característica importante das políticas e medidas de validação a nível do sistema é a monitorização (sistémica) da prática de validação efetiva. Este aspeto pode permitir aos decisores políticos compreender se, em que medida e por quem são utilizadas as medidas de validação. O atual relatório não consegue captar de forma sistemática quais os sistemas de ensino superior europeus que monitorizam a prática da validação da aprendizagem não formal e informal no ensino

superior ⁽²⁰⁾. Todavia, existe um relatório mais antigo que aborda a prática da validação na Europa, onde se observa que “a recolha de dados sobre os diferentes aspetos da validação (participação, tipo de qualificação ou resultados alcançados, características do utilizador, taxa de sucesso, duração do procedimento, etc.) permanece num nível baixo” (Cedefop, Comissão Europeia e ICF, 2019, p. 33).

(20) Como indica a Secção 2 deste relatório, a França, por exemplo, tem em vigor uma monitorização nacional da validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior.

Conclusão

Este breve relatório examinou em que medida os sistemas de ensino superior em toda a Europa proporcionam aos aprendentes oportunidades para validarem as suas competências e conhecimentos adquiridos através da aprendizagem não formal e informal. O enfoque deste relatório é saber se a validação da aprendizagem não formal e informal poderá 1) substituir as qualificações convencionais de entrada no ensino superior e 2) contribuir para o preenchimento dos requisitos académicos do ensino superior. No âmbito destas duas áreas, o relatório examinou o volume e o tipo de aprendizagem que pode ser sujeita a validação, bem como os mecanismos de garantia da qualidade que sustentam tais práticas de validação.

O relatório demonstra que menos de metade dos sistemas de ensino superior na Europa (18 sistemas) oferece oportunidades de ingresso no ensino superior com base na validação da aprendizagem não formal e informal aos aprendentes que não detêm as convencionais habilitações de acesso neste ciclo de estudos. Entre os sistemas que proporcionam tais oportunidades, vários oferecem vias alternativas adicionais de acesso ao ensino superior, incluindo provas ou exames especiais de acesso, ou programas preparatórios para o ensino superior. A maioria dos sistemas de ensino superior que disponibiliza vias alternativas de acesso ao ensino superior, incluindo o acesso através da validação da aprendizagem não formal e informal, situa-se na Europa ocidental e setentrional.

A validação da aprendizagem não formal e informal para fins de preenchimento de requisitos académicos do ensino superior é mais comum do que a validação para efeitos de entrada em cursos superiores. Em concreto, este tipo de validação é possível em todos os sistemas de ensino superior que oferecem vias alternativas de acesso e em 12 sistemas que exigem as tradicionais habilitações de acesso a este nível de ensino (num total de 30 sistemas). Porém, embora de um modo geral a validação que contribui para o preenchimento de requisitos académicos seja possível, também é frequente

as regulamentações imponham restrições quanto ao volume de aprendizagem não formal e informal que pode ser sujeito a validação no âmbito dos programas de estudos superiores. Tal significa que os aprendentes que aproveitam as ditas oportunidades de validação têm habitualmente de frequentar pelo menos alguns cursos formais antes de obterem um grau académico superior.

Os dados também sugerem que algumas atividades de aprendizagem podem ser mais fáceis de validar do que outras. De facto, os sistemas de ensino superior parecem estar mais abertos à validação dos resultados de aprendizagem que resultam de atividades relacionadas com o trabalho e/ou diferentes cursos de educação e formação do que aqueles que resultam de atividades iniciadas em contextos familiares ou de lazer.

Por último, o relatório demonstra que cerca de dois terços dos sistemas com medidas de validação abordam este tema de modo explícito em documentos de orientação emitidos a nível superior (nacional) no âmbito de procedimentos de garantia da qualidade no ensino superior. Nos casos em que o tema é abordado, o objetivo consiste, geralmente, em assegurar que a prática de validação adotada nas instituições de ensino superior é sustentada por regras claramente definidas.

De um modo geral, o relatório identifica uma diversidade de abordagens à validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior, desde a inexistência de políticas e de medidas relevantes até à adoção de políticas e de medidas que criam oportunidades de validação bastante abrangentes. Para além dos tópicos examinados neste relatório, há outros temas que devem ser investigados e que contemplam não só aspetos sistémicos, como a monitorização nacional da prática de validação, mas também aspetos operacionais, tais como as abordagens e os métodos utilizados para avaliar a aprendizagem não formal e informal no ensino superior. Além disso, parece importante averiguar o modo como um tópico relativamente novo no debate político da UE – o das microcredenciais ⁽²¹⁾ – se traduz em políticas e práticas de validação em toda a Europa.

(21) Para mais informação, consultar <https://education.ec.europa.eu/education-levels/higher-education/micro-credentials>.

Referências

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), 2009. *European guidelines for validating non-formal and informal learning*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cedefop, 2015. *European guidelines for validating non-formal and informal learning*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Cedefop Série de referência; N.º 104.

Cedefop, 2023. *European guidelines for validating non-formal and informal learning*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. Cedefop Série de referência; N.º 124.

Cedefop, Comissão Europeia e ICF, 2019. *European inventory on validation of non-formal and informal learning 2018 update*. Relatório síntese. Disponível em: http://libserver.cedefop.europa.eu/vetelib/2019/european_inventory_validation_2018_synthesis.pdf (acedido em 11 dezembro 2023).

OCDE [Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos], 2021. *Education at a Glance 2021: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing, <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>.

Anexos

Anexo 1: Possibilidade legal de ingressar no primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal e de outras vias alternativas de acesso, 2023/2024

Os dados incluídos neste anexo alimentam a Secção 1 deste relatório (ver a Figura 1 e respetiva análise). O quadro indica se é legalmente possível ingressar no primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal ⁽²²⁾. Sempre que possível, o quadro oferece uma breve descrição do sistema. Além disso, a última coluna especifica se existem outras vias alternativas de acesso ao ensino superior (isto é, o acesso sem as tradicionais habilitações de acesso ao ensino superior) para além da validação da aprendizagem não formal e informal.

	O acesso através da validação é legalmente possível	Descrição do sistema	Outras vias alternativas de acesso
BE fr	Sim	A validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior (<i>valorisation des acquis de l'expérience – VAE</i>) é abrangida pelo Artigo 119.º do Decreto "Paysage" . Este artigo aborda a admissão e a atribuição de créditos numa perspetiva combinada. A avaliação é organizada por instituições de ensino superior, as quais decidem se as competências e os conhecimentos de um candidato são suficientes para prosseguir os estudos pretendidos. No âmbito desta avaliação, é possível considerar a experiência pessoal e profissional, bem como as habilitações académicas. A experiência pessoal ou profissional deve corresponder a um mínimo de 5 anos. Além disso, a validação da aprendizagem não formal e informal também pode ser usada para admissão em programas de ensino superior ministrados no âmbito do setor da educação de adultos conhecido como "ensino de promoção social" (<i>enseignement de promotion sociale</i>). Este setor abrange o ensino secundário e o ensino superior.	Prova de admissão organizada por instituições de ensino superior para candidatos sem qualificações de nível secundário. Também é possível realizar provas de admissão para ingressar em programas de estudos superiores ministrados no âmbito do setor da educação de adultos conhecido como "ensino de promoção social" (<i>enseignement de promotion sociale</i>).

⁽²²⁾ O quadro não inclui informação sistemática sobre outros ciclos de estudo para além do primeiro ciclo, já que esta informação se situa fora do âmbito da Figura 1. Contudo, para alguns países são incluídas referências a outros ciclos, dependendo da disponibilidade de informação. O mesmo princípio é seguido nos Anexos 2–4.

	O acesso através da validação é legalmente possível	Descrição do sistema	Outras vias alternativas de acesso
BE nl	Sim	Os princípios básicos do procedimento para validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior são abrangidos pelo Decreto " Código do Ensino Superior " Artigos II.232 – II. 240 . A validação da aprendizagem prévia não formal e informal é gerida pelas instituições de ensino superior e por associações (entidades oficiais que regulam a cooperação entre uma universidade e uma ou mais faculdades). Devem ter procedimentos de validação documentados para orientar o pessoal e os candidatos nas diferentes etapas do processo. No final do procedimento, os candidatos podem receber um "certificado de competências".	As provas de admissão / exames de ingresso para estudantes sem as necessárias habilitações de acesso podem ser organizados pelas instituições de ensino superior. Com base na avaliação, o conselho diretivo da instituição pode condicionar a inscrição à conclusão de um curso preparatório (Código do Ensino Superior, Artigos II.177 (ciclo curto), II.179 (primeiro ciclo) e II.183 (segundo ciclo)).
BG	Não	–	–
CZ	Não	–	–
DK	Sim	Os candidatos que não concluíram o nível secundário superior podem, em princípio, candidatar-se a programas de ciclo curto, primeiro ciclo e segundo ciclo. A instituição de ensino superior irá avaliar a sua candidatura numa base individual. Contudo, é difícil conseguir ser aceite sem quaisquer outras qualificações formais, como sejam cursos de formação profissional ou cursos monotemáticos.	Qualificação alternativa de acesso: Exame Preparatório Superior (hf)
DE	Sim	Para ter a sua aprendizagem prévia validada (<i>Anrechnung</i>) e obter acesso a instituições de ensino superior, os candidatos devem, habitualmente, apresentar prova das suas qualificações, tal como transcrições, certificados ou registos de experiência profissional. O processo de validação pode envolver uma entrevista, uma prova ou a submissão de um portefólio de evidências.	Qualificação alternativa de acesso: <i>Begabtenprüfung</i> : para candidatos com mais de 25 anos sem as habituais habilitações de acesso. Mediante condições específicas, os aprendentes podem obter acesso ao ensino superior depois de frequentar cursos de ensino e de formação profissional (Hochschulzugang über berufliche Bildung). Além disso, várias instituições de ensino superior oferecem cursos preparatórios e cursos-ponte para aprendentes sem as habituais habilitações de acesso.
EE	Não	–	–
IE	Sim	Apesar de as instituições de ensino superior serem responsáveis pelas suas políticas de admissão, continuam a ser obrigadas a implementar procedimentos relativos ao acesso, transferência e progressão. Informação adicional disponível num sítio Web específico .	As instituições de ensino superior individuais podem ministrar cursos de preparação para o ensino superior com financiamento da Higher Education Authority (Autoridade do Ensino Superior).
EL	Não	–	–
ES	Sim	Os candidatos com experiência laboral ou profissional que não possuem quaisquer qualificações académicas para ingressar na universidade (primeiro ciclo) e que já têm 40 anos, podem ingressar no primeiro ciclo através de um procedimento de validação da aprendizagem não formal e informal .	Distinguem-se dois tipos de provas de admissão para candidatos sem as convencionais habilitações de acesso: Exame de ingresso para pessoas com mais de 25 anos. Exame de ingresso para pessoas acima dos 45 anos. Programas preparatórios para pessoas acima dos 25 e dos 45 anos que têm de concluir um ano preparatório.

	O acesso através da validação é legalmente possível	Descrição do sistema	Outras vias alternativas de acesso
FR	Sim	<p>A validação da experiência profissional (<i>validation des acquis professionnels</i> – VAP 85) permite o acesso direto a programas conferentes de grau em universidades sem ter o diploma necessário, através da validação da experiência profissional (remunerada ou não), da formação ou de aptidões pessoais desenvolvidas fora de qualquer sistema de formação.</p> <p>Para detalhes e referências regulatórias, ver a página Web ministerial dedicada à validação da aprendizagem não formal e informal.</p>	Qualificação alternativa de acesso Diplôme d'Accès aux Etudes Universitaires (D.A.E.U.) : este diploma confere direitos idênticos aos do <i>baccalauréat</i> (habilitação convencional de acesso ao ensino superior). Permite aos estudantes prosseguir para o ensino superior ou participar em concursos que exijam o diploma de <i>baccalauréat</i> .
HR	Não	–	–
IT	Não	–	–
CY	Não	–	–
LV	Não	–	–
LT	Não	–	–
LU	Sim	<p>A validação da aprendizagem a partir da experiência adquirida (<i>validation des acquis de l'expérience</i> – VAE) é um sistema que permite o acesso a cursos conferentes de grau na Universidade do Luxemburgo com base na experiência profissional e/ou pessoal (ver Artigo 33.º da Lei de 27 Junho 2018 que define a organização da Universidade do Luxemburgo).</p> <p>A experiência adquirida com base no emprego, autoemprego ou atividade voluntária deve corresponder a pelo menos 3 anos e deve estar diretamente relacionada com a qualificação requerida.</p> <p>O mesmo se aplica a programas de estudo acreditados que são ministrados por instituições de ensino superior especializadas e por programas de ciclo curto ministrados pelas escolas secundárias luxemburguesas (ver Artigos 48.º e 11.º da Lei de 21 Julho 2023 relativa à organização do ensino superior).</p>	Qualificação alternativa de acesso Diplôme d'accès aux études supérieures (DAES) : os indivíduos que não conseguiram obter o <i>baccalauréat</i> têm a oportunidade de adquirir um diploma equivalente.
HU	Não	–	–
MT	Sim	As instituições de ensino superior têm autonomia para decidir se aceitam candidaturas baseadas na validação da aprendizagem prévia não formal e informal. As instituições devem desenvolver procedimentos de validação documentados para orientar o pessoal e os candidatos nas diferentes etapas do processo. Estes procedimentos devem ser aprovados pela Autoridade para a Formação Contínua e o Ensino Superior .	Alguns programas conferentes de grau permitem o acesso através de programas preparatórios.
NL	Sim	A Lei do Ensino Superior e da Investigação possibilita às instituições de ensino superior a adoção de procedimentos e de critérios para o reconhecimento das competências adquiridas para aqueles que não estão matriculados.	Prova de admissão: <i>Colloquium Doctum</i> : para candidatos maiores de 21 anos e que não detêm as qualificações formais necessárias é possível realizar uma avaliação/prova de ingresso para se inscreverem num programa de ensino superior.
AT	Sim	Os candidatos podem ter acesso a programas do primeiro ciclo nas Universidades de Ciências Aplicadas (UAS) com base numa qualificação profissional relevante numa determinada área. Esta qualificação profissional pode ser, por exemplo, a conclusão de uma aprendizagem relevante ou de um programa de ensino profissional intermédio correspondente. Na maioria dos casos, também são exigidos exames complementares. As qualificações profissionais relevantes para uma dada disciplina e os exames complementares para o respetivo programa de estudos são definidos pelas UAS.	<p>Qualificações alternativas de acesso:</p> <p>Exame de admissão à universidade (Studienberechtigungsprüfung): permite ao titular ser admitido em todos os programas conferentes de grau na área de estudos para a qual foi obtida a habilitação de acesso à universidade.</p> <p>Exame de conclusão do ensino secundário profissional (Berufsreifeprüfung): qualificação complementar de acesso para aqueles que concluíram o ensino profissional inicial.</p>
PL	Não	–	–

	O acesso através da validação é legalmente possível	Descrição do sistema	Outras vias alternativas de acesso
PT	Sim	O Programa Maiores de 23 regulado pelo Decreto-Lei n.º 64/2006 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014 de 16 de julho). Uma das dimensões da avaliação para o acesso ao ensino superior através desta via destinada a maiores de 23 anos é a avaliação da experiência escolar e profissional do candidato. No entanto, o acesso não pode ser atribuído sem a realização de uma prova de ingresso (ver coluna seguinte).	Prova de ingresso para maiores de 23 anos sem as habituais qualificações de entrada. (Os candidatos devem ter no mínimo 23 anos completados até ao dia 31 de dezembro do ano que antecede a realização desse exame de admissão). A prova de ingresso destina-se a avaliar as competências e os conhecimentos considerados essenciais para o ingresso e a progressão num determinado curso, e pode ser organizada de acordo com os diferentes perfis dos candidatos e dos cursos aos quais se candidatam.
RO	Não	–	–
SI	Não	–	–
SK	Não	–	–
FI	Sim	De acordo com a Lei das Universidades e a Lei das Universidades de Ciências Aplicadas , as instituições de ensino superior podem aceitar estudantes nos programas conferentes de grau sem um certificado desde que o candidato consiga demonstrar que detém as competências necessárias para os estudos pretendidos.	Os estudantes podem ser admitidos com base nos estudos concluídos na universidade aberta/universidade aberta de ciências aplicadas.
SE	Sim	Segundo a Portaria do Ensino Superior , os candidatos sem as necessárias habilitações de acesso podem demonstrar que possuem as competências necessárias para admissão através de uma formação adquirida na Suécia ou fora da Suécia, de experiência prática ou outras circunstâncias. As instituições de ensino superior suecas acordaram avaliar candidatos sem qualificações formais com base em requisitos uniformes. Desenvolveram um conjunto de recomendações para a validação de competências efetivas para efeitos de admissão ao ensino superior .	Para criar mais vias de acesso ao ensino superior, o Governo sueco decidiu implementar um projeto-piloto com uma prova elementar de elegibilidade para admissão no ensino superior. Esta prova destina-se a pessoas a partir dos 24 anos e que não concluíram o ensino secundário superior ou nível equivalente no âmbito da educação de adultos. A aprovação numa prova destas oferece a elegibilidade básica para ingressar no ensino superior em todas as universidades suecas. A prova foi aplicada em 2022 e 2023 e será avaliada durante 2024, seguindo-se a decisão sobre a sua implementação de forma permanente.
BA	Não	–	–
CH	Sim	Autonomia das instituições de ensino superior. Mais informação disponível no sítio Web das universidades suíças .	O passerelle é um exame de admissão que pode ser realizado por candidatos que só têm qualificações de conclusão do ensino secundário profissional (<i>maturité professionnelle</i> ou <i>maturité spécialisée</i>), e que dá acesso às universidades de ciências aplicadas, mas não a todas as universidades. Algumas instituições de ensino superior também organizam exames de admissão para candidatos que não cumprem os critérios regulares de entrada (ver o exemplo de ETH Zürich).
IS	Sim	De acordo com a Lei do ensino superior , as instituições de ensino superior podem aceitar estudantes sem as qualificações formais de acesso e que possuem níveis equivalentes de maturidade e de conhecimento, conforme a avaliação realizada pela instituição relevante.	Segundo a Lei do ensino superior , as instituições de ensino superior podem oferecer programas de estudo preparatórios para pessoas que não cumprem os critérios de admissão formais.
LI	Sim	As instituições de ensino superior são responsáveis pelas decisões em matéria de reconhecimento. Se não existir uma habilitação de acesso convencional, é possível fazer uma candidatura “sur dossier”. A instituição de ensino superior competente decidirá então quais os tipos de aprendizagem que podem ser considerados com base na candidatura em questão.	As instituições de ensino superior têm autonomia para oferecer um “semestre preparatório” para aprendentes sem as habilitações de acesso formais.
ME	Não	–	–
MK	Não	–	–

	O acesso através da validação é legalmente possível	Descrição do sistema	Outras vias alternativas de acesso
NO	Sim	Os candidatos sem as habilitações convencionais de acesso podem ser admitidos no ensino universitário com base na "regra 23/5". Os candidatos devem ter pelo menos 23 anos e estar preparados para documentar a sua experiência resultante de trabalho e/ou educação que totalize, no mínimo, 5 anos. Cuidar de crianças ou sofrer de uma doença prolongada também pode satisfazer este requisito parcialmente.	
RS	Não	–	–
TR	Não	–	–

Anexo 2: Possibilidade legal de preencher os requisitos académicos do primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal, 2023/2024

Os dados incluídos neste anexo alimentam a Secção 2 do relatório (ver a Figura 2 e respetiva análise). O quadro indica se é legalmente possível preencher requisitos de estudo do primeiro ciclo do ensino superior através da validação da aprendizagem não formal e informal. Sempre que possível, o quadro especifica se existem restrições a nível superior relativamente à carga de trabalho que pode ser validada. É igualmente fornecida uma breve descrição do sistema.

	Legalmente possível	Restrições a nível superior quanto à carga de trabalho que pode ser validada	Descrição do sistema e de restrições regulatórias quanto à carga de trabalho que pode ser validada (se aplicável)
BE fr	Sim	Sim	A validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior (<i>valorisation des acquis de l'expérience</i> – VAE) é abrangida pelo Artigo 119.º do Decreto "Paysage" . Este artigo aborda a admissão e a atribuição de créditos numa perspetiva combinada. A avaliação é organizada pelas instituições de ensino superior, que averiguam se as competências e os conhecimentos do candidato são suficientes para a prossecução dos estudos pretendidos. No âmbito da avaliação, é possível contemplar a experiência pessoal e profissional, para além dos estudos. A experiência pessoal ou profissional tem de corresponder a pelo menos 5 anos. Além disso, existe uma regulamentação separada e orientações especiais para o setor da educação de adultos, designado como "ensino de promoção social" (<i>enseignement de promotion sociale</i>). Este setor abrange quer o ensino secundário quer o ensino superior. No que toca ao ensino superior, a validação (<i>valorisation des acquis</i> – VA) limita-se a 120 créditos ECTS no primeiro ciclo e a 60 créditos ECTS no segundo ciclo.
BE nl	Sim	Não	O Códice do Ensino Superior (Artigo II.241) permite o recurso à validação da aprendizagem não formal e informal para encurtar a duração dos estudos (isenções baseadas na prova de competências). Também é possível reconhecer/validar um programa completo (Artigo II.245).
BG	Não	–	–
CZ	Sim	Sim	A Lei do Ensino Superior , Secção 60, permite o reconhecimento de cursos de aprendizagem ao longo da vida (i.e. não graduados) ministrados por instituições de ensino superior. Se os diplomados de cursos de aprendizagem ao longo da vida prosseguem como estudantes de programas conferentes de grau, as instituições de ensino superior podem reconhecer os créditos adquiridos nesses cursos até 60 % do número total de créditos necessários para a conclusão dos estudos. O reconhecimento/validação de outros tipos de aprendizagem não formal não é especificado na legislação, nem tampouco o reconhecimento/validação da aprendizagem informal.
DK	Sim	Não	O sistema de validação destina-se sobretudo a programas de ciclo curto e a programas de primeiro ciclo do ensino superior profissional. Os seus candidatos devem informar acerca de experiências profissionais prévias e de cursos superiores concluídos, com o objetivo de avaliar se é relevante encurtar a duração do programa de estudos em questão.

	Legalment e possível	Restrições a nível superior quanto à carga de trabalho que pode ser validada	Descrição do sistema e de restrições regulatórias quanto à carga de trabalho que pode ser validada (se aplicável)
DE	Sim	Sim	<p>Não existe atualmente uma regulamentação jurídica abrangente relativamente à transferência de créditos de competências e de aptidões adquiridas fora do ensino superior. A nível dos <i>Länder</i>, as respetivas leis estatais que regulam o ensino superior permitem a transferência de créditos. As formulações nas leis dos <i>Land</i> baseiam-se numa série de resoluções e de especificações, particularmente as que resultam da Conferência de Ministros da Educação (<i>Kultusministerkonferenz</i>) ou do Conselho de Acreditação.</p> <p>Para detalhes, ver as resoluções das Conferências dos Ministros da Educação de 2002 e 2008.</p> <p>A resolução de 2002 da Conferência dos Ministros da Educação especifica que as competências e conhecimentos adquiridos fora do ensino superior, incluindo através da aprendizagem não formal e informal, podem contribuir para um máximo de 50 % do número total de créditos de um programa conferente de grau.</p>
EE	Sim	Sim	<p>A Norma para o Ensino superior, parágrafo 13, estabelece os princípios para a avaliação e a certificação da aprendizagem prévia e da experiência profissional.</p> <p>A legislação estipula que a validação não pode substituir o exame final e/ou a tese.</p>
IE	Sim	Não	<p>Apesar de as instituições de ensino superior serem responsáveis pelas suas políticas de admissão, continuam a ser obrigadas a implementar procedimentos em matéria de acesso, transferência e progressão académica.</p> <p>Não existem, a nível superior, restrições à validação no que concerne ao volume de aprendizagem que pode ser reconhecido/validado, mas as próprias instituições de ensino superior tratam desta questão.</p> <p>Um exemplo é a National University of Ireland que, nas suas diretrizes institucionais (Degrees and Qualifications of The National University of Ireland: Recognition of Prior Learning, p. 5), estipula que as universidades que a constituem não devem oferecer graduações completas com base na validação da aprendizagem não formal e informal. Em concreto, as diretrizes afirmam que “as circunstâncias em que seria apropriado atribuir um diploma completo apenas com base no RPL [reconhecimento da aprendizagem anterior] são suscetíveis de ter um caráter muito excecional. Por conseguinte, atualmente a universidade não confere diplomas nesta base. Na eventualidade de surgir um caso excecional, em que uma Faculdade Reconhecida propõe a atribuição de um diploma com base exclusivamente na aprendizagem anterior, deve solicitar-se o parecer da Universidade o mais cedo possível”.</p>
EL	Não	–	–
ES	Sim	Sim	<p>No 1.º e 2.º ciclos, a experiência laboral e profissional pode ser reconhecida sob a forma de créditos. O número de créditos atribuídos com base na experiência laboral ou profissional e/ou em cursos de ensino superior não conferentes de grau académico não podem exceder 15 % do total de créditos de um programa conferente de grau. Só pode ser atribuído um número mais elevado de créditos quando os cursos não graduados (que o candidato concluiu previamente) são formalmente transformados em programas conferentes de grau ou quando existem protocolos interinstitucionais. Os créditos reconhecidos não revertem em classificação numérica e, como tal, não podem utilizar-se para o cálculo das notas académicas gerais dos alunos. Estas regras são estipuladas pelo Decreto Real 822/2021 (Artigos 10.5, 10.6 e 10.7).</p> <p>No ciclo curto, os estudantes podem solicitar a isenção total ou parcial do módulo profissional de “formação em contexto de trabalho”. Neste caso, devem certificar uma experiência laboral relacionada com o seu programa de, pelo menos, 1 ano.</p>
FR	Sim	Não	<p>A validação das aprendizagens adquiridas pela experiência (<i>validation des acquis de l'expérience – VAE</i>) oferece a possibilidade de obter a isenção da totalidade ou de uma parte dos requisitos de estudo associados a uma qualificação. O candidato deve justificar, no mínimo, um ano de experiência profissional relacionada com o conteúdo da qualificação pretendida. A experiência profissional não precisa de ser contínua e pode decorrer no âmbito de uma atividade profissional ou durante períodos de formação inicial ou contínua em contexto de trabalho.</p> <p>Além disso, existe um procedimento para validação da experiência profissional reservado para engenheiros, o qual permite aos indivíduos a obtenção de um grau/título de engenheiro. Os candidatos devem ter pelo menos 35 anos e contar com um mínimo de 5 anos de prática profissional em cargos de engenharia.</p> <p>Para detalhes e referências regulatórias, ver a página Web ministerial dedicada à validação da aprendizagem não formal e informal.</p>

	Legal-mente possível	Restrições a nível superior quanto à carga de trabalho que pode ser validada	Descrição do sistema e de restrições regulatórias quanto à carga de trabalho que pode ser validada (se aplicável)
HR	Sim	Não	<p>É legalmente possível para as instituições de ensino superior implementar a validação da aprendizagem não formal e informal para o preenchimento de requisitos académicos de cursos superiores. Contudo, até ao momento, só algumas instituições implementaram políticas e procedimentos relevantes. Os exemplos incluem a Universidade de Rijeka e a Faculdade de Economia da Universidade de Rijeka (para detalhes sobre os seus procedimentos, ver: Universidade de Rijeka; Faculdade de Economia da Universidade de Rijeka).</p> <p>Além disso, aplicam-se condições específicas aos estudantes de enfermagem que conseguem comprovar a sua experiência profissional na área, podendo ficar isentos da prática clínica obrigatória.</p>
IT	Sim	Sim	<p>O princípio do reconhecimento/validação de competências demonstradas por estudantes é confirmado pela Lei n.º 240/2010, artigo 14. As instituições de ensino superior podem reconhecer a experiência profissional, estágios extracurriculares ou de aprendizagem, ou serviço comunitário. Este processo é definido nos respetivos regulamentos.</p> <p>Segundo a Lei supra (Artigo 14.º, n.º 1), a validação está limitada a 12 créditos ECTS. Salienta-se que quando a validação foi introduzida, em 1999, não havia restrições a nível superior quanto à carga de trabalho que podia ser validada. A restrição foi depois fixada em 60 créditos ECTS em 2006, 30 créditos ECTS em 2009 e, finalmente, 12 créditos ECTS em 2010.</p>
CY	Não	–	–
LV	Sim	Sim	<p>Esta área é abrangida pela Lei sobre instituições de ensino superior, Artigo 59.3 "Reconhecimento de conhecimentos, aptidões e competências adquiridos fora da educação formal ou obtidos através da experiência profissional". Esta lei estipula que as instituições de ensino superior devem avaliar os conhecimentos, aptidões e competências adquiridos fora da educação formal, incluindo através da experiência profissional. Se os resultados de aprendizagem demonstrados corresponderem aos que estão associados aos diferentes programas de estudos, as IES também devem atribuir créditos.</p> <p>Uma regulamentação específica de 2018 emitida em conformidade com a lei supra determina que a validação não pode substituir o exame final e/ou a tese.</p>
LT	Sim	Não	<p>A validação da aprendizagem prévia não formal e/ou informal é gerida pelas instituições de ensino superior. O Despacho ministerial para a avaliação e o reconhecimento das competências adquiridas através da aprendizagem não formal e informal estipula apenas alguns princípios básicos (p. ex. exige a todas as instituições de ensino superior a fixação de regras relativas ao reconhecimento da aprendizagem prévia informal e não formal). Regras e critérios mais detalhados são definidos pelas instituições de ensino superior.</p>
LU	Sim	Sim	<p>A validação das aprendizagens adquiridas pela experiência (<i>validation des acquis de l'expérience</i> – VAE) no ensino superior é descentralizada. Cada instituição de ensino superior define, dentro dos limites do quadro legal em vigor, os seus próprios procedimentos administrativos a que devem submeter-se os candidatos à VAE.</p> <p>No que toca a restrições à validação, o quadro legal – nomeadamente o Artigo 33.º da Lei de 27 Junho 2018 que define a organização da Universidade do Luxemburgo – especifica que, na Universidade do Luxemburgo, a VAE só pode ser realizada de forma parcial, já que pelo menos 60 créditos ECTS relativos a programas de estudo do primeiro ou do segundo ciclos devem ser obtidos por via da frequência e conclusão dos cursos ministrados pela universidade. O mesmo princípio se aplica a programas do primeiro ou segundo ciclos oferecidos por uma instituição de ensino superior especializada acreditada (conforme fixado no Artigo 48.º da Lei de 21 Julho 2023 relativa à organização do ensino superior). Nos ciclos curtos, que são ministrados pelas escolas secundárias, pelo menos 30 créditos ECTS devem ser obtidos através de cursos formais (conforme indicado no Artigo 11.º desta última Lei).</p>
HU	Sim	Sim	<p>A Lei do Ensino Superior de 2011, parágrafo 49, permite às instituições de ensino superior fazer o reconhecimento da aprendizagem não formal e informal. A mesma lei/parágrafo estipula que pelo menos um terço do valor total do crédito relativo a um programa deve ser concluído na instituição que emite o diploma.</p>
MT	Sim	Não	<p>As instituições de ensino superior são obrigadas a estabelecer um procedimento operacional normalizado para o reconhecimento/validação da aprendizagem prévia. O procedimento deve estar alinhado com as diretrizes emitidas pela Autoridade para a Formação Contínua e o Ensino Superior de Malta (MFHEA) e ser aprovado pela mesma autoridade. Para detalhes, ver a página Web da MFHEA dedicada a este tema.</p>

	Legalmente possível	Restrições a nível superior quanto à carga de trabalho que pode ser validada	Descrição do sistema e de restrições regulatórias quanto à carga de trabalho que pode ser validada (se aplicável)
NL	Sim	Não	A Lei do Ensino Superior e da Investigação permite às instituições de ensino superior a utilização do reconhecimento/validação da aprendizagem não formal e informal nos seus programas. No entanto, nem todas as instituições usam esta opção, na medida em que não existe uma obrigação legal. Em 2016, foi lançado um projeto nacional que visa testar o ensino superior flexível baseado nos resultados da aprendizagem. Um dos principais elementos deste projeto foi o reconhecimento/validação da aprendizagem não formal e informal. Atualmente, está na fase inicial de adoção uma lei sobre a implementação estrutural do ensino superior flexível baseado em resultados da aprendizagem (março de 2024). Se a dita lei for aprovada, todas as instituições de ensino superior terão de oferecer a possibilidade de efetuar o reconhecimento/validação da aprendizagem não formal e informal. Prevê-se que a implementação da lei seja iniciada em setembro 2025.
AT	Sim	Sim	Todas as instituições de ensino superior podem reconhecer/validar a aprendizagem prévia para partes dos programas de estudo do ensino superior (não para os programas completos). No que toca às universidades, a Lei das Universidades de 2002 , parágrafo 78, especifica que estas podem reconhecer a aprovação em exames e outras qualificações académicas obtidas em escolas profissionais superiores e escolas secundárias académicas até ao limite de 60 créditos ECTS, bem como qualificações profissionais e não profissionais até ao limite de 60 créditos ECTS (sendo que os dois tipos de reconhecimento em conjunto são admissíveis até um máximo de 90 créditos ECTS). Isto significa que a validação da aprendizagem não formal e informal nas universidades é limitada a 60 créditos ECTS.
PL	Sim	Sim	Segundo a Lei sobre o Ensino Superior e a Ciência de 2018 , as instituições de ensino superior podem reconhecer os resultados de aprendizagem alcançados fora dos programas de estudos formais. Contudo, o reconhecimento não pode exceder 50 % dos créditos ECTS atribuídos a um programa.
PT	Sim	Sim	O Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 março estabelece a validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior. O mesmo Decreto especifica que o conjunto dos créditos atribuídos aos diferentes tipos de aprendizagem (não formal e informal) não pode exceder dois terços do total de créditos do ciclo de estudos.
RO	Sim	Não	A Lei sobre o Ensino Superior de 2023 (artigo 180.º, n.º 7) viabiliza a base para a validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior. A mesma lei (artigo 190.º, n.º 1) indica que a validação ocorre no quadro de ação dos centros de avaliação e de reconhecimento estabelecidos para este fim. O processo baseia-se numa metodologia desenvolvida pela Autoridade Nacional para as Qualificações e pela Agência romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior e que obteve aprovação do Ministro da Educação (nota: em março de 2024, a metodologia em questão ainda não tinha sido desenvolvida). Encontra-se também explicitamente determinado (artigo 190.º, n.º 2) que os documentos (certificações) obtidos após o processo de validação produzem os mesmos efeitos legais que os documentos obtidos no âmbito da aprendizagem formal.
SI	Sim	Não	A Lei do Ensino Superior , artigo 35.º, afirma que os programas de estudo do primeiro e segundo ciclos devem ter critérios definidos para o reconhecimento das competências e dos conhecimentos adquiridos previamente à inscrição no programa de estudos. De acordo com os Critérios para a acreditação e avaliação externa das instituições de ensino superior e dos programas de estudo , Artigos 53.º e 54.º, as instituições de ensino superior devem implementar os procedimentos e processos adequados para o reconhecimento da aprendizagem prévia formal, não formal e informal. Não são prescritos condições e critérios exatos.
SK	Sim	Não	A Lei do Ensino Superior (131/2002) não aborda explicitamente a validação da aprendizagem não formal e informal. Determina que a forma como os programas do ensino superior são criados e conduzidos é da responsabilidade das instituições de ensino superior (parágrafo 6, c). Algumas instituições de ensino superior têm em vigor regulamentações internas que abordam a validação da aprendizagem não formal e informal (ver, por exemplo, as regulamentações da Universidade Matej Bel ou da Universidade de Žilina).
FI	Sim	Não	Segundo a Lei das Universidades e a Lei das Universidades de Ciências Aplicadas , as instituições de ensino superior podem reconhecer e atribuir créditos para diferentes tipos de aprendizagem, incluindo a aprendizagem não formal e informal.
SE	Sim	Não	As instituições de ensino superior tomam as suas próprias decisões em matéria de validação da aprendizagem não formal e informal para a atribuição de créditos. Muitas destas instituições de ensino superior desenvolveram documentos relativos à política interna em matéria de reconhecimento e validação da aprendizagem (formal, não formal e informal).
BA	Não	–	–

	Legalmente possível	Restrições a nível superior quanto à carga de trabalho que pode ser validada	Descrição do sistema e de restrições regulatórias quanto à carga de trabalho que pode ser validada (se aplicável)
CH	Sim	Não	Na ausência de uma regulação nacional, as instituições de ensino superior assumem as suas próprias decisões relativamente à validação da aprendizagem não formal e informal. Exemplos de instituições com dispositivos de validação: a Universidade de Genebra , a Universidade de Ciências Aplicadas e Artes da Suíça Ocidental e as universidades com programas de formação de professores da parte francófona da Suíça. Apesar de não haver uma regulamentação nacional que limite a dimensão da validação, seria improvável uma instituição atribuir um elevado número de créditos (p. ex. 120 ECTS no primeiro ciclo) com base na aprendizagem não formal e informal.
IS	Sim	Não	Esta área não é regulamentada, antes reflete a prática das instituições de ensino superior.
LI	Sim	Não	Esta área apenas é regulamentada em relação aos programas de estudos de pós-graduação. Relativamente aos programas de estudos conferentes de grau (licenciatura), não existe qualquer regulação ou restrição (em princípio, a validação da aprendizagem não formal e/ou informal é legalmente possível em todos os programas de estudos).
ME	Não	–	–
MK	Não	–	–
NO	Sim	Sim	As instituições de ensino superior tomam as suas próprias decisões relativamente à validação da aprendizagem não formal e informal. Contudo, segundo a Regulamentação do Reconhecimento (parágrafo 3), devem ser obtidos pelo menos 60 créditos ECTS através de cursos ministrados na instituição de ensino superior que confere o diploma.
RS	Não	–	–
TR	Sim	Não	O reconhecimento da aprendizagem anterior, incluindo aquela que decorre fora dos programas formais do ensino superior, está previsto nos documentos de orientação do ensino superior, incluindo o Guia de redação do relatório de autoavaliação institucional emitido pelo Conselho turco para a Qualidade do Ensino Superior. Não existem restrições emanadas a nível superior relativamente à carga de trabalho que pode ser reconhecida/validada. De acordo com a Lei do Ensino Superior , Artigo 44.º (b), os senados das instituições de ensino superior tomam decisões sobre estas matérias.

Anexo 3: Atividades de aprendizagem não formal e/ou informal suscetíveis de serem validadas no ensino superior, 2023/2024

Os dados incluídos nos dois quadros que se seguem alimentam a Secção 3 deste relatório (ver a Figura 3 e respetiva análise). Os quadros indicam quais são as atividades de aprendizagem não formal e/ou informal que podem ser validadas para efeitos de A) acesso aos estudos superiores (se os candidatos não cumprem os tradicionais requisitos de admissão), e B) preenchimento de requisitos académicos do ensino superior. Sempre que disponíveis, são fornecidas informações adicionais.

A) Atividades de aprendizagem não formal e/ou informal que podem ser validadas para efeitos de acesso ao ensino superior

	Aprendizagem que resulta de atividades diárias ligadas a		Cursos não formais de educação e formação (E&F) ministrados por		Formação em empresa	Comentários / informação adicional (se disponível)
	trabalho / atividade profissional	família ou lazer	instituições de ensino superior (IES)	outras instituições de E&F que não IES		
BE fr	●	●	●	●	●	Ver a descrição disponibilizada no Anexo 1.
BE nl	●	●	●	●	●	
BG	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
CZ	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
DK	●		●	●	●	

	Aprendizagem que resulta de atividades diárias ligadas a		Cursos não formais de educação e formação (E&F) ministrados por		Formação em empresa	Comentários / informação adicional (se disponível)
	trabalho / atividade profissional	família ou lazer	instituições de ensino superior (IES)	outras instituições de E&F que não IES		
DE	●	●	●	●	●	As políticas de admissão e requisitos específicos variam consoante a universidade e o programa de estudos. A par das categorias genéricas selecionadas nas colunas anteriores, também os cursos ministrados em centros de educação de adultos, cursos de formação contínua, <i>language cafes</i> , atividades de voluntariado e estágios podem ser considerados benéficos para os estudos superiores. Além disso, algumas escolas profissionais ou empresas privadas que oferecem cursos de formação contínua ou programas de certificação podem estabelecer acordos com instituições de ensino superior para reconhecerem estas qualificações como parte do processo de admissão.
EE	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
IE	●	●	●	●	●	
EL	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
ES	●		●	●	●	Para acesso ao primeiro ciclo, só se aplicam a primeira e última categorias (em conformidade com o Decreto Real 412/2014 , Artigo 16.º). Os cursos específicos de educação e formação de caráter não formal (a terceira e quarta categorias) só podem dar acesso ao ciclo curto do ensino superior (segundo o Decreto Real 659/2023 , Artigo 113.º).
FR	●		●	●	●	Ver a descrição disponibilizada no Anexo 1.
HR	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
IT	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
CY	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
LV	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
LT	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
LU	●	●	●	●	●	A seleção baseia-se no conteúdo da legislação, nomeadamente as especificações dadas no Artigo 33.º da Lei de 27 junho 2018 que descreve a organização da Universidade do Luxemburgo e o Artigo 48.º da Lei de 21 julho 2023 relativamente à organização do ensino superior . A mesma seleção aplica-se ao ciclo curto (com base no Artigo 11.º da última lei).
HU	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
MT	●				●	A aprendizagem e os seus resultados devem ser comprovados de alguma forma. Exemplos típicos de evidências são certificados que confirmam a participação na formação, relatórios de estágio ou contratos de aprendizagem, artigos ou outros trabalhos escritos pelo candidato.
NL	●	●	●	●	●	Não existem restrições legais relativamente ao tipo de aprendizagem que pode ser reconhecida/validada. Este aspeto é decidido pelas instituições de ensino superior.
AT	●				●	
PL	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
PT	●		●	●	●	
RO	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
SI	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
SK	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.

	Aprendizagem que resulta de atividades diárias ligadas a		Cursos não formais de educação e formação (E&F) ministrados por		Formação em empresa	Comentários / informação adicional (se disponível)
	trabalho / atividade profissional	família ou lazer	instituições de ensino superior (IES)	outras instituições de E&F que não IES		
FI	●	●	●	●	●	Segundo a Lei das Universidades e a Lei das Universidades de Ciências Aplicadas , as instituições de ensino superior podem aceitar candidatos sem habilitações formais de acesso desde que consigam comprovar as necessárias competências para os seus estudos. Compete às instituições de ensino superior definir como usar esta opção. Os estudantes também podem ser admitidos com base nos estudos concluídos em universidades abertas.
SE	●	●	●	●	●	
BA	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
CH			●	●	●	Cada instituição de ensino superior pode decidir quais os tipos de aprendizagem a ter em consideração.
IS	●		●	●	●	
LI	●	●	●	●	●	Os candidatos sem habilitações formais de acesso ao ensino superior podem ser admitidos com base na validação da aprendizagem não formal e/ou informal (procedimento de admissão conhecido como <i>sur dossier</i>). Compete às instituições de ensino superior decidir qual ou quais os tipos de aprendizagem a ter em consideração.
ME	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
MK	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
NO	●	●	●	●	●	
RS	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.
TR	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para fins de acesso ao ensino superior.

B) Atividades de aprendizagem não formal e/ou informal que podem ser validadas para efeitos de preenchimento de requisitos académicos do ensino superior

	Aprendizagem que resulta de atividades diárias ligadas a		Cursos não formais de educação e formação (E&F) ministrados por		Formação em empresa	Comentários / informação adicional (se disponível)
	trabalho / atividade profissional	família ou lazer	instituições de ensino superior (IES)	outras instituições de E&F que não IES		
BE fr	●	●	●	●	●	Ver a descrição disponibilizada no Anexo 2.
BE nl	●	●	●	●	●	
BG	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.
CZ			●			A seleção baseia-se no conteúdo da legislação, a qual é descrita no Anexo 2. As instituições de ensino superior podem potencialmente reconhecer atividades de aprendizagem que extravasam a categoria selecionada. Contudo, estas atividades não são explicitamente mencionadas na legislação.
DK	●		●	●	●	
DE	●	●	●	●	●	Para além dos tipos de aprendizagem enumerados, as instituições de ensino superior também podem considerar <i>open badges</i> digitais (i.e. credenciais digitais verificáveis emitidas a indivíduos), e-portefólios e microcredenciais.
EE	●		●	●	●	
IE	●	●	●	●	●	
EL	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.

	Aprendizagem que resulta de atividades diárias ligadas a		Cursos não formais de educação e formação (E&F) ministrados por		Formação em empresa	Comentários / informação adicional (se disponível)
	trabalho / atividade profissional	família ou lazer	instituições de ensino superior (IES)	outras instituições de E&F que não IES		
ES	●	●	●		●	A seleção baseia-se no conteúdo da legislação, nomeadamente o Decreto Real 822/2021 (Artigo 10.º).
FR	●			●	●	Ver a descrição disponibilizada no Anexo 2.
HR			●	●	●	Aplicam-se condições específicas (não abrangidas pela seleção de categorias) aos estudantes de enfermagem que conseguem provar a sua experiência profissional como enfermeiros. Podem ficar isentos da prática clínica obrigatória.
IT	●		●	●	●	
CY	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.
LV	●		●	●	●	
LT	●		●	●	●	A seleção baseia-se no conteúdo do Despacho para a avaliação e reconhecimento das competências adquiridas através da aprendizagem não formal e informal . Esta regulamentação estipula que as instituições de ensino superior podem avaliar as competências adquiridas numa variedade de formas: através do trabalho, formação, participação em atividades de várias organizações e grupos, voluntariado, serviço comunitário, educação não formal e informal, aprendizagem autodirigida ou outras. Além disso, o regulamento supra não exclui a aprendizagem resultante de atividades em contextos familiares ou de lazer; porém, não se refere explicitamente a este tipo de atividades, pelo que esta categoria não é selecionada.
LU	●	●	●	●	●	A seleção baseia-se no conteúdo da legislação, nomeadamente as especificações que constam do Artigo 33.º da Lei de 27 junho 2018 que define a organização da Universidade do Luxemburgo e o Artigo 48.º da Lei de 21 julho 2023 relativa à organização do ensino superior . A mesma seleção aplica-se ao ciclo curto (com base no Artigo 11.º da última lei).
HU	●	●	●	●	●	
MT	●			●		Ver a informação no quadro anterior.
NL	●	●	●	●	●	Não existem restrições legais relativamente ao tipo de aprendizagem que pode ser reconhecida/validada. Este aspeto é determinado pelas instituições de ensino superior.
AT	●		●	●	●	
PL			●	●	●	
PT	●		●	●	●	Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 março , as instituições de ensino superior têm a possibilidade de creditação da formação obtida anteriormente (em instituições de ensino superior ou outras) e da experiência profissional, dentro dos limites indicados neste quadro legal (ver também o Anexo 2).
RO	●	●	●	●	●	A seleção baseia-se no conteúdo da legislação em vigor, nomeadamente as especificações que constam da Lei sobre o Ensino Superior (artigo 183.º).
SI	●	●	●	●	●	Não existem restrições legais relativamente às atividades de aprendizagem não formal e/ou informal que podem ser reconhecidas/validadas para efeitos de preenchimento de requisitos académicos do ensino superior. Este aspeto é determinado pelas instituições de ensino superior.
SK	●		●	●	●	As categorias indicadas baseiam-se na análise dos regulamentos internos de algumas instituições de ensino superior (ver Anexo 2 para detalhes).
FI	●	●	●	●	●	Não existem limitações nacionais relativamente ao tipo de aprendizagem que pode ser reconhecido/validado. Este aspeto é determinado pelas instituições de ensino superior.
SE	●	●	●	●	●	
BA	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.
CH			●	●	●	Cada instituição de ensino superior pode decidir qual ou quais os tipos de aprendizagem a ter em consideração.
IS	●		●	●	●	

	Aprendizagem que resulta de atividades diárias ligadas a		Cursos não formais de educação e formação (E&F) ministrados por		Formação em empresa	Comentários / informação adicional (se disponível)
	trabalho / atividade profissional	família ou lazer	instituições de ensino superior (IES)	outras instituições de E&F que não IES		
LI	:	:	:	:	:	
ME	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.
MK	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.
NO	●	●	●	●	●	
RS	–	–	–	–	–	Não validação da aprendizagem não formal e informal para efeitos de conclusão dos estudos superiores.
TR			●	●	●	

Anexo 4: Existência de documentos de orientação emitidos a nível superior (nacional) que abordam explicitamente a validação da aprendizagem não formal e/ou informal no âmbito dos procedimentos de garantia da qualidade no ensino superior, 2023/2024

Os dados apresentados no quadro infra alimentam a Secção 4 deste relatório (ver a Figura 4 e respetiva análise). O quadro considera apenas os sistemas educativos que permitem a validação da aprendizagem não formal e/ou informal para efeitos de acesso ao ensino superior e/ou para o preenchimento de requisitos académicos (ver Figuras 1 e 2). Indica se, de acordo com os documentos de orientação emanados a nível superior (nacional), as agências de garantia da qualidade abordam explicitamente a implementação da validação da aprendizagem anterior não formal e/ou informal nos seus procedimentos. Quando tal se verifica, é fornecida uma breve descrição.

	Documento(s) relevante(s) em vigor	Descrição
BE fr	Sim	O Referencial e o guia de acompanhamento para as avaliações iniciais dos programas (Référéntiel AEQES et guide d'accompagnement pour les évaluations initiales de programmes) incluem uma secção sobre a validação da aprendizagem a partir da experiência e/ou da formação (<i>Valorisation des acquis de l'expérience et/ou de la formation</i>). A secção em questão trata da existência de dispositivos de validação, da orientação relativa a estes dispositivos e a extensão da sua utilização por parte dos estudantes.
BE nl	Não	–
BG	–	–
CZ	Não	–
DK	Não	–
DE	Sim	O Conselho de Acreditação (<i>Akkreditierungsrat</i>) na Alemanha estabelece as normas e orientações para a garantia da qualidade no ensino superior e um dos seus requisitos para a avaliação externa consiste em avaliar o reconhecimento da aprendizagem anterior e da aprendizagem não formal para efeitos de admissão na universidade e de requisitos de graduação. Além disso, o processo de avaliação conduzido pela agência alemã de acreditação considera explicitamente o reconhecimento da aprendizagem anterior no seu processo de avaliação externa. Os critérios de avaliação da agência exigem às instituições de ensino superior que demonstrem como procedem ao reconhecimento da aprendizagem anterior, tanto formal como não formal/informal, e a forma como utilizam este reconhecimento para oferecer aos estudantes percursos de aprendizagem flexíveis e individualizados.
EE	Sim	A conformidade com a legislação do ensino superior, incluindo a organização e a qualidade do reconhecimento/validação da aprendizagem anterior não formal e/ou informal, é avaliada como parte do processo de acreditação das instituições de ensino superior. Para detalhes, ver as Orientações para a acreditação institucional emitidas pela Agência Nacional de Qualidade da Educação.
IE	Sim	Apesar de as instituições de ensino superior serem responsáveis pelas suas políticas de admissão, continuam a ser obrigadas a implementar procedimentos para efeitos de acesso, transferência e progressão académica. São igualmente obrigadas a cumprir com as diretrizes para a garantia da qualidade emitidas pelo Quality and Qualifications Ireland (organismo responsável pela supervisão da qualidade do ensino superior na Irlanda). O reconhecimento e validação da aprendizagem não formal e informal são especificamente referidos nas diretrizes para a garantia da qualidade, pelo que constaria de qualquer processo institucional de avaliação da qualidade . Estes princípios baseiam-se na Secção 57 da Qualifications and Quality Assurance Act 2012 .
EL	–	–

	Documento(s) relevante(s) em vigor	Descrição
ES	Sim	Em conformidade com o Decreto Real 822/2021 (Artigos 10.2, 26.4, 26.5, Anexo II, 3.2), as universidades devem especificar nos programas (planos de estudo) de cada licenciatura o volume de créditos que podem ser obtidos através da validação da aprendizagem não formal e/ou informal, as condições em que estes créditos podem ser obtidos e as suas características. Para cada plano de estudos, as universidades devem preparar um relatório. Estes relatórios contribuem para os processos de garantia da qualidade conduzidos pelas agências de garantia da qualidade.
FR	Não	–
HR	Não	–
IT	Sim	A Agência Nacional para a Avaliação das Universidades e Institutos de Investigação produziu um guia para a acreditação de cursos universitários, o qual inclui uma secção sobre a certificação de competências (ver p. 39).
CY	–	–
LV	Sim	A Agência de Qualidade para o Ensino Superior emitiu orientações para a autoavaliação das instituições de ensino superior. No relatório de autoavaliação, as instituições de ensino superior devem descrever a forma como asseguram o reconhecimento das competências adquiridas previamente dentro e fora do sistema educativo ou através da experiência profissional. Está previsto que as instituições tenham implementadas regras e procedimentos internos que abranjam estes aspetos. Além disso, os critérios de avaliação externa das instituições de ensino superior, desenvolvidos por esta agência, incidem sobre as mesmas questões.
LT	Sim	No âmbito dos procedimentos de garantia externa da qualidade implementados pela agência nacional de garantia da qualidade (Centro para a Avaliação da Qualidade no Ensino Superior – SKVC), é dada atenção à forma como as instituições de ensino superior reconhecem as qualificações estrangeiras e os períodos de estudo, juntamente com a aprendizagem não formal e informal. Estes aspetos são contemplados no âmbito de: <ul style="list-style-type: none"> • avaliações <i>ex post</i> institucionais (ver a Metodologia para a Condução da Revisão Institucional de uma instituição de ensino superior, Anexo 1); • avaliações <i>ex post</i> das áreas de estudo (ver a Metodologia da Avaliação Externa das Áreas de Estudo, Anexo 1); e • avaliação <i>ex ante</i> dos programas de estudo (ver a Metodologia para a Avaliação de Novos Programas de Estudo, Anexo 1).
LU	Sim	Como componente do processo de acreditação, a agência de garantia da qualidade avalia os procedimentos para a validação das aprendizagens adquiridas pela experiência (<i>validation des acquis de l'expérience</i> – VAE) das instituições de ensino superior especializadas e das instituições que ministram programas de ciclo curto, assegurando a conformidade com as regulamentações em vigor. Os respetivos critérios de avaliação no âmbito do processo de acreditação são enumerados nos Anexos B e D da Lei do Ensino Superior.
HU	Sim	No âmbito do processo de acreditação institucional, as instituições de ensino superior realizam autoavaliações. De acordo com as orientações emitidas pela Comissão húngara de Acreditação do Ensino Superior (p. 13, ponto 11), a autoavaliação prevê que se reporte quanto à implementação de procedimentos para o reconhecimento dos resultados da aprendizagem alcançados através da aprendizagem não formal e informal. Caso existam tais procedimentos, a instituição deve descrever a sua experiência nesta área.
MT	Sim	A Autoridade para a Formação Contínua e o Ensino Superior de Malta (MFHEA), que é a agência de garantia da qualidade para o ensino superior, emitiu um documento de orientação sobre a validação/reconhecimento da aprendizagem anterior (Reconhecimento da Aprendizagem Anterior (RPL) – Definições, Princípios e Orientações). No caso de uma instituição educativa estar interessada em introduzir uma política de reconhecimento, deverá aderir às orientações supra indicadas e solicitar a aprovação da MFHEA (antes de iniciar o reconhecimento). Para detalhes sobre o procedimento que as instituições devem seguir, ver a página Web específica da MFHEA .
NL	Não	–
AT	Sim	O Decreto da Acreditação relativo às Universidades de Ciências Aplicadas especifica que os procedimentos para o reconhecimento das competências adquiridas através da aprendizagem formal, não formal e informal para efeitos de obtenção de créditos para exames ou para partes dos programas de estudos devem ser claramente definidos e transparentes para todos os envolvidos.
PL	Sim	Os critérios para a avaliação de programas estabelecidos pela Comissão de Acreditação polaca exigem a implementação de condições de admissão formalmente adotadas e publicadas para a admissão de candidatos aos programas de estudos e regras para a progressão dos estudantes. Neste contexto, entre outros aspetos, é feita uma referência à validação dos resultados de aprendizagem obtidos fora do sistema educativo. O critério em questão pode ser consultado no modelo para o relatório de autoavaliação do programa (ver Critério 3, Norma 3.1, pp. 25–26).

	Documento(s) relevante(s) em vigor	Descrição
PT	Sim	A agência responsável pela qualidade do ensino superior português (A3ES) verifica se as instituições de ensino superior dispõem de regulamentações devidamente aprovadas e divulgadas, incluindo as que dizem respeito à admissão e progressão dos estudantes e ao reconhecimento e certificação de competências e conhecimentos, e se tais regulamentações são aplicadas de forma consistente. O Guia para a avaliação e acreditação de ciclos de estudos estipula que o reconhecimento da formação académica e da experiência profissional deve ser incluído no guião de autoavaliação para a avaliação externa.
RO	Sim	A Lei sobre o Ensino Superior de 2023 (artigo 189.º) especifica que a validação dos resultados de aprendizagem adquiridos em contextos não formais e informais deve ser sustentada por procedimentos de garantia interna da qualidade. Além disso, a mesma lei (artigos 189.º e 190.º) estipula que a validação deve ser realizada com base numa metodologia desenvolvida pela Autoridade Nacional para as Qualificações e a Agência romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior. Contudo, como a lei é recente, a metodologia em questão ainda não foi elaborada (porém, está prevista na legislação em vigor).
SI	Sim	A Agência Eslovena de Garantia da Qualidade para o Ensino Superior (SQAA) deve abordar a validação (reconhecimento) da aprendizagem anterior não formal e/ou informal no ensino superior em conformidade com a Lei do Ensino Superior ; o artigo 35.º estipula que os programas de estudo do primeiro e segundo ciclos devem ter critérios definidos para o reconhecimento das competências e dos conhecimentos adquiridos antes de se inscreverem no programa de estudos. A SQAA exige que as instituições de ensino superior acreditadas tenham implementados procedimentos e processos adequados ao reconhecimento da aprendizagem anterior formal, não formal e informal (ver os Critérios para a acreditação e avaliação externa das instituições de ensino superior e programas de estudo , Artigo 53.º e 54.º); contudo, não prescreve os critérios ou as condições para tal. Compete a cada uma das instituições de ensino superior definir esses critérios e condições.
SK	Sim	As Normas para o sistema de garantia interna da qualidade do ensino superior publicadas pela Agência Eslovaca de Acreditação para o Ensino Superior especificam que as políticas das instituições de ensino superior devem assegurar que o reconhecimento de qualificações, períodos de estudo e aprendizagem anterior, incluindo a aprendizagem não formal e informal, é transparente, consistente e fidedigno (Artigo 5.º, f).
FI	Sim	O Centro Finlandês de Avaliação da Educação conduz as suas avaliações de acordo com um quadro de auditoria, o qual se traduz no Manual de Auditoria para as instituições de ensino superior (período de 2019–2024). A Secção 3.1.2 do manual (p. 12) inclui uma formulação geral que afirma que a instituição de ensino superior “aplica as disposições e regulamentações relativas à admissão de estudantes, ao reconhecimento da aprendizagem anterior, à progressão nos estudos e à conclusão dos programas conferentes de grau de forma consistente e transparente”. É ainda de salientar que, de maneira a tornar as abordagens e procedimentos de validação mais consistentes entre as instituições educativas, o Ministério da Educação e da Cultura e o Ministério dos Assuntos Económicos e do Emprego estabeleceram um grupo de trabalho para promover e orientar a criação de ferramentas e de procedimentos para o reconhecimento das competências adquiridas no local de trabalho e através da educação não formal. A sua legislatura decorre entre julho de 2021 e dezembro de 2024.
SE	Não	–
BA	–	–
CH	Não	–
IS	Não	–
LI	Não	–
ME	–	–
MK	–	–
NO	Não	–
RS	–	–
TR	Sim	O Guia de Redação do Relatório de Autoavaliação Institucional , emitido pelo Conselho turco para a Qualidade do Ensino Superior (THEQC), inclui o subcritério “B.2.3. Admissão de estudantes e reconhecimento e acreditação da aprendizagem anterior”, o qual se refere ao reconhecimento e acreditação da aprendizagem anterior, incluindo o ensino presencial, público, a distância/misto, e competências e conhecimentos obtidos através da aprendizagem informal.

Agradecimentos

AGÊNCIA DE EXECUÇÃO EUROPEIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA (EACEA)

Plataformas, Estudos e Análises

Boulevard Simon Bolivar 34 (Unidade A6)
1049 Bruxelas
BÉLGICA
(<https://eurydice.eacea.ec.europa.eu>)

Gestor editorial

David Crosier

Autores

Daniela Kocanova (coordenação) e Anna Horváth

Grafismo e paginação

Patrice Brel

Capa

Serviço das Publicações da União Europeia

Coordenadora de produção

Gisèle De Lel

Unidades Nacionais da Rede Eurydice participantes

ALEMANHA

Eurydice-Informationsstelle der Länder im Sekretariat der Kultusministerkonferenz
Taubenstraße 10
10117 Berlin
Contribuição da Unidade: Thomas Eckhardt

ÁUSTRIA

Eurydice-Informationsstelle
Bundesministerium für Bildung, Wissenschaft und Forschung
Abt. Bildungsstatistik und –monitoring
Minoritenplatz 5
1010 Viena
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

BÉLGICA

Unité Eurydice de la Communauté française
Ministère de la Fédération Wallonie-Bruxelles
Administration Générale de l'Enseignement
Avenue du Port, 16 – Bureau 4P03
1080 Bruxelas
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

Eurydice Vlaanderen
Departement Onderwijs en Vorming /
Afdeling Strategische Beleidsondersteuning
Hendrik Consciencegebouw 7C10
Koning Albert II-laan 15
1210 Bruxelas
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

BÓSNIA-HERZEGOVINA

Ministério dos Assuntos Cívicos
Setor da Educação
Trg BiH 3
71000 Sarajevo
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

BULGÁRIA

Unidade Eurydice
Centro de Desenvolvimento dos Recursos Humanos
Unidade de Investigação e Planeamento Educacional
15, Graf Ignatiev Str.
1000 Sofia
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

CHÉQUIA

Unidade Eurydice
Agência Nacional para a Educação e Investigação Internacional
Dům zahraniční spolupráce
Na Poříčí 1035/4
110 00 Praga 1
Contribuição da Unidade: Jana Halamová e Helena Pavlíková

CHIPRE

Unidade Eurydice
Ministério da Educação, Cultura, Desporto e Juventude
Kimonos e Thoukydidou
1434 Nicósia
Contribuição da Unidade: Elli Hadjigeorgiou

CROÁCIA

Agência para a Mobilidade e Programas da UE
Frankopanska 26
10000 Zagreb
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

DINAMARCA

Unidade Eurydice
Ministério do Ensino Superior e da Ciência
Agência Nacional da Ciência e Ensino Superior
Haraldsgade 53
2100 Copenhagen Ø
Contribuição da Unidade: Ministério do Ensino Superior e da Ciência

ESLOVÁQUIA

Unidade Eurydice
Associação Académica Eslovaca para a Cooperação Internacional
Križkova 9
811 04 Bratislava
Contribuição da Unidade: Martina Valuškova e Juraj Schweigert

ESLOVÉNIA

Eurydice Eslovénia
Ministério da Educação
Departamento de Desenvolvimento e Qualidade da Educação Masarykova cesta 16
1000 Liubliana
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

ESPAÑHA

Eurydice España-REDIE
Instituto Nacional de Evaluación Educativa (INEE)
Ministerio de Educación, Formación Profesional y Deportes (MEFD)
Paseo del Prado, 28
28014 Madrid
Contribuição da Unidade: Gerardo López Porras, Juan Mesonero Gómez e Jaime Vaquero Jiménez

ESTÓNIA

Unidade Eurydice
Ministério da Educação e da Investigação
Munga 18
50088 Tartu
Contribuição da Unidade: Janne Pukk (perita), Inga Kuk (coordenadora)

FINLÂNDIA

Unidade Eurydice
Agência Nacional de Educação
P.O. Box 380
00531 Helsinki
Contribuição da Unidade: Hanna Laakso

FRANÇA

Unidade Eurydice
 Direção Geral de Avaliação, Prospeção e
 Monitorização do Desempenho (DEPP)
 Ministérios da Educação Escolar, da Juventude,
 Ensino Superior e Investigação
 61–65, rue Dutot
 75732 Paris Cedex 15
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

GRÉCIA

Unidade Eurydice
 Direção dos Assuntos Internacionais e Europeus
 Direção Geral dos Assuntos Internacionais e
 Europeus
 Diáspora Helénica e Assuntos Interculturais
 Ministério da Educação, Assuntos Religiosos e
 Desporto
 37 Andrea Papandreou Str. (Office 2172)
 151 80 Maroussi (Attiki)
 Contribuição da Unidade: MoE: Alexia Karvouni,
 Yannis Katsanevakis

HUNGRIA

Unidade Eurydice
 Autoridade Educativa
 19–21 Maros Str.
 1122 Budapeste
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

IRLANDA

Eurydice Unit
 Department of Education
 International Section
 Marlborough Street
 Dublin 1
 DO1 RC96
 Contribuição da Unidade: Department of Education
 (DoE) and Department of Further and Higher
 Education, Research, Innovation and Science
 (DFHERIS)

ISLÂNDIA

Unidade Eurydice
 Ministério da Educação e da Infância
 Borgartún 33
 105 Reykjavík
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

ITÁLIA

Unità italiana di Eurydice
 Istituto Nazionale di Documentazione, Innovazione
 e Ricerca Educativa (INDIRE)
 Agenzia Erasmus+
 Via C. Lombroso 6/15
 50134 Florença
 Contribuição da Unidade: Alessandra Mochi;
 perita: Paola Castellucci (Direzione Generale
 dell'internazionalizzazione e della comunicazione –
 Ministero dell'Università e della Ricerca)

LETÓNIA

Unidade Eurydice
 Agência Nacional de Desenvolvimento da
 Educação
 Valņu street 1 (5.º andar)
 1050 Riga
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

LISTENSTAIN

Informationsstelle Eurydice
 Schulamt des Fürstentums Liechtenstein
 Austrasse 79
 Postfach 684
 9490 Vaduz
 Contribuição da Unidade: Belgin Amann

LITUÂNIA

Unidade Eurydice
 Agência Nacional de Educação
 K. Kalinauskio str. 7
 03107 Vilnius
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

LUXEMBURGO

Unité nationale d'Eurydice
 ANEFOR ASBL
 eduPôle Walferdange
 Bâtiment 03 – étage 01
 Route de Diekirch
 7220 Walferdange
 Contribuição da Unidade: Ministério da Investigação
 e do Ensino Superior

MACEDÓNIA DO NORTE

Agência Nacional para os Programas Educativos
 Europeus e a Mobilidade
 Boulevard Kuzman Josifovski Pitu, No 17
 1000 Skopje
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

MALTA

Unidade Nacional de Eurydice
 Direção Geral da Investigação, Aprendizagem ao
 Longo da Vida e Empregabilidade
 Ministério da Educação, Desporto, Juventude,
 Investigação e Inovação
 Great Siege Road
 Floriana VLT 2000
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

MONTENEGRO

Unidade Eurydice
 Vaka Djurovica bb
 81000 Podgorica
 Contribuição da Unidade: Ms Milica Zizic,
 Departamento para o Ensino Superior, Ministério da
 Educação

NORUEGA

Unidade Eurydice
 Direção Geral do Ensino Superior e das
 Competências
 Postboks 1093
 5809 Bergen
 Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

PAÍSES BAIXOS

Eurydice Nederland
Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap
Directie Internationaal Beleid
Rijnstraat 50
2500 BJ Den Haag
Contribuição da Unidade: Sakina Aouam e Charlotte Ruitinga

POLÓNIA

Unidade Eurydice
Fundação para o Desenvolvimento do Sistema Educativo
Aleje Jerozolimskie 142A
02-305 Warszawa
Contribuição da Unidade: Magdalena Górowska-Fells; perita nacional: Dr.^a Mariusz Luterek (Universidade de Varsóvia), com a consultoria de Renata Korzeniowska-Puculek (Ministério da Ciência e do Ensino Superior)

PORTUGAL

Unidade Portuguesa da Rede Eurydice
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
Av. 24 de Julho, 134
1399-054 Lisboa
Contribuição da Unidade: Margarida Leandro, em colaboração com a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)

ROMÉNIA

Unidade Eurydice
Agência Nacional dos Programas Comunitários na área do Ensino e Formação Profissional
Universitatea Națională de Știință și Tehnologie
Politehnica București
Biblioteca Centrală
Splaiul Independenței, nr. 313
Sector 6
060042 Bucurește
Contribuição da Unidade: Professora Associada Cristina Florina Barna, Universidade Nacional de Estudos Políticos e de Administração Pública (SNSPA); Professor Daniela Cristina Ghițulică, Universidade Politécnica de Bucareste e Agência romena para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ARACIS); Professora Nicoleta Lițoiu, Universidade Politécnica de Bucareste

SÉRVIA

Unidade Eurydice Sérvia
Fundação Tempus
Zabljacka 12
11000 Belgrado
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

SUÉCIA

Unidade Eurydice
Universitets- och högskolerådet/
Conselho Nacional para o Ensino Superior
Box 4030
171 04 Solna
Contribuição da Unidade: responsabilidade conjunta

SUIÇA

Unidade Eurydice
Conferência Suíça de Ministros Cantonais de Educação (EDK)
Speichergasse 6
3001 Berna
Contribuição da Unidade: Aurélia Robert-Tissot (Secretaria de Estado da Educação, Investigação e Inovação) e Antoine Maret (Swissuniversities)

TURQUIA

Unidade Eurydice
MEB, Strateji Geliştirme Başkanlığı (SGB)
Eurydice Türkiye Birimi, Merkez Bina 4. Kat
B-Blok Bakanlıklar
06648 Ankara
Contribuição da Unidade: Dilek Güleçyüz, Hatice Nihan Erdal (MoNE), Aydın Aslan (HEC)

COMO CONTACTAR A UE

Em pessoa

Há centenas de centros locais de informação sobre a UE em toda a Europa. Pode encontrar o endereço do centro mais perto de si em (https://european-union.europa.eu/contact-eu_pt).

Via telefone ou por escrito

Europe Direct é um serviço que responde às suas questões sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço:

- por chamada gratuita: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar por estas chamadas),
- no seguinte número de telefone: +32 22999696,
- por correio eletrónico: https://european-union.europa.eu/contact-eu_pt.

COMO ENCONTRAR INFORMAÇÃO ACERCA DA UE

Online

A informação em todas as línguas oficiais da União Europeia está disponível no sítio Web Europa (europa.eu).

Publicações da UE

Pode descarregar ou encomendar publicações da EU em: op.europa.eu/en/publications. Pode obter múltiplas cópias de publicações gratuitas contactando o Europe Direct ou o seu centro de informação local (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_en).

Legislação da UE e documentos relacionados

Para aceder à informação legal da UE, incluindo toda a legislação comunitária desde 1951 em todas línguas oficiais, consulte EUR-Lex em: (eur-lex.europa.eu).

Dados abertos da UE

O Portal data.europa.eu permite o acesso a conjuntos de dados da UE. Os dados podem ser descarregados e reutilizados gratuitamente, tanto para fins comerciais como não comerciais. O portal também oferece acesso a uma grande quantidade de conjuntos de dados dos países europeus.

Validação da aprendizagem não formal e informal no ensino superior na Europa

Relatório Eurydice

Este relatório investiga se os sistemas de ensino superior em toda a Europa reconhecem e validam os resultados de aprendizagem adquiridos através da aprendizagem não formal e informal. Em concreto, o relatório verifica se a aprendizagem não formal e informal permite acesso alternativo ao ensino superior; em que medida a aprendizagem não formal e informal pode contribuir para o preenchimento de requisitos académicos do ensino superior em substituição dos cursos formais conferentes de grau; o tipo de aprendizagem que pode ser validado; e os mecanismos de garantia da qualidade que sustentam a prática da validação. O relatório conclui que a validação da aprendizagem não formal e informal para o cumprimento de requisitos de estudo do ensino superior é mais comum do que a validação para efeitos de acesso aos estudos superiores. Ao mesmo tempo, constata-se que as regulamentações permissivas abrangem realidades muito diversas.

O relatório abrange 37 sistemas de ensino superior europeus (todos os Estados-Membros da UE, Bósnia-Herzegovina, Suíça, Islândia, Listenstaine, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega, Sérvia e Turquia).

A Rede Eurydice tem como objetivo analisar e explicar a organização e o funcionamento dos diferentes sistemas educativos europeus. A Rede apresenta descrições dos sistemas educativos nacionais, estudos comparativos sobre temas específicos, indicadores e dados estatísticos. Todas as publicações da Rede Eurydice são disponibilizadas de forma gratuita no sítio oficial da Rede ou em formato impresso mediante pedido. Através da sua atuação, a Rede Eurydice pretende promover a compreensão, a cooperação, a confiança e a mobilidade aos níveis europeu e internacional. A Rede é constituída por unidades nacionais localizadas em países europeus e é coordenada pela Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Para mais informações sobre a Rede Eurydice, ver: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu>.

